

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

FATORES PSICOSSOCIAIS SUL-AMERICANOS

1965

EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Este trabalho foi realizado pelo Gen. Flamarion Barreto e publicado, originariamente, pelo Clube Militar.

O autor, mui gentilmente, permitiu que o Curso de Preparação à ECEME o reproduza para distribuir aos seus alunos como subsídios.

Este livro foi revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa obrigatória a partir de 2016 conforme acordo assinado em 1990 entre países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Este livro foi transcrito do original em 11/05/2019 por Saulo Barreto Lima.

FATORES PSICOSSOCIAIS

Principais grupos étnicos sul-americanos, em particular brasileiros. Fatores e elementos que influíram na sua formação e localização: Principais características.

I. Aspectos gerais

Dos 10° de latitude Norte, aos 54° de latitude Sul, se estende o Continente Sul-Americano, cobrindo uma área aproximada de 18 milhões de quilômetros quadrados e povoado por cerca de 140.000.000. Foi descoberto, conquistado, povoado e colonizado por espanhóis e portugueses, entre 1492 e 1808.

Como o grande Continente Americano, de que é uma das frações, a América do Sul participa de seu isolamento, entre as duas massas líquidas dos Oceanos Atlântico e Pacífico, e do mesmo esquema orográfico, representado a Este pelos planaltos arqueanos de altitude média do Sistema Brasileiro, no Centro, pelas planícies amazônicas e platina de formação recente e a Oeste pela massa terciária dos Andes, erguida como uma alta e abrupta escarpa, entre os dois Oceanos.

É, pois, um Continente tropical, com tudo o que isso implica, em limitações de superfícies utilizáveis, em dificuldades à atividade humana, notadamente, a de europeus. É, também, um Continente de planaltos, altos e exíguos do lado andino, médios e amplos na parte brasileira, atenuando as temperaturas com a altitude, transformando-se em focos de atração da ocupação humana. Nos altos planaltos andinos se abrigaram, as mais avançadas civilizações bárbaras dos povos pré-colombianos, ficando confinados aos planaltos de altitudes médias e às planícies tropicais os povos caçadores e coletores dessa humanidade indígena.

Essa humanidade indígena, que se elevava a cerca de 11 milhões de indivíduos, repartida irregularmente, não era autóctone, mas era, relativamente, jovem. Viera de outros Continentes, ao longo de repetidas e progressivas ondas imigratórias. No início do século XVI os indígenas do planalto andino, bastante numerosos, ensaiavam a metalurgia do cobre, da prata, do ouro, mas não conheciam a do ferro. Utilizavam a lhama, mas não empregavam a energia muscular do boi e do cavalo. Criaram algumas formas institucionais no Governo e na Sociedade, mas não tinham grande coesão social interna e viviam em isolamento ignorando-se mutuamente. Os índios das planícies e dos planaltos médios em pleno estado selvagem vagavam pelos campos ou pela floresta, praticando a coleta de vegetais, a caça e a pesca, ou uma agricultura rudimentar como meios de subsistência e viviam sob instituições sociais primitivas.

Nessa situação a encontrará o ibérico, que se desenvolveu noutro Continente, paralelamente a ele no tempo, mas ignorando-a completamente. Desse contato se esboroará o mundo pré-colombiano na América do Sul, como se tivesse ocorrido o choque de um vaso de barro, com outro de ferro. Com rapidez fulminante as civilizações bárbaras indígenas, mesmo as mais avançadas, foram sobrepujadas pela cultura ibérica. Mas desse impacto resultaria alguma coisa de novo e permanente. Do embate entre a humanidade indígena, que se desenvolvera na América do Sul, e a humanidade ibérica, que crescera na Europa, nasceria a humanidade sul-americana de nossos dias, nos seus fundamentos étnicos temperado pelo exotismo da humanidade africana e no seu caráter, ao longo de cinco séculos de uma ampla e permanente síntese biológica e cultural.

A) “PERÍODO DA FORMAÇÃO: 1492-1808

Do encontro dos grupos étnicos branco, índio e negro, no quadro geográfico da América do Sul, condicionado pela colonização de espanhóis e portugueses, resultaria, ao fim do período colonial, uma população de 16,0 milhões de habitantes, segundo estimativa de Humboldt e outros, dos quais 3,5 milhões eram brancos, 6,0 milhões índios puros, 2,8 milhões de negros e 4,0 milhões de pardos, representando o produto dos diferentes cruzamentos, que se tinham operado.

Na América espanhola a população era estimada em 1.800 em 12,0 milhões de habitantes dos quais cerca de 2,7 milhões eram brancos, 5,6 milhões eram índios, 400 mil pretos e os restantes pardos. Os pardos, Segundo o etnólogo francês, professor Blanchard, que recolheu e estudou, cientificamente, as informações colhidas nos Museu Etnográfico do México, Museum de Paris e Moseo de Madrid, constituiu um grupo étnico muito complexo. Contudo, reduzindo a questão a uma dosagem de sangue, chegou o Professor Blanchard à classificação constante do quadro abaixo:

Denominação dos Pardos	Sangue Branco	Sangue Índio	Sangue Negro
1. Mestizo (branco x índio)	50%	50%	-
2. Castizo (branco x mestizo)	75%	25%	-
3. Español (branco x castizo)	87,5%	12,5%	-
4. Mulato (branco x preto)	50%	-	50%
5. Morisco (branco x mulato)	75%	-	25%
6. Chino (branco x morisco)	87,5%	-	12,5%
7. Salta atrás (chino x índio)	43,75%	50%	6,25%
8. Lobo (salta atrás x mulato)	43,87%	25%	28,13%
9. Gibaro (lobo x chino)	61,19%	12,50%	20,31%
10. Albarazado (gibaro x mulato)	58,6%	6,25%	35,15%
11. Cambujo (albarazabo x preto)	29,30%	3,12%	67,58%
12. Sambaio (cambujo x índio)	14,65%	51,55%	33,80%
13. Calpamulato (sambaigo x lobo)	30,75%	38,25%	31%
14. Tente en el aire (calpamulato x camujo)	30%	20,7%	49,3%
15. No te entiendo (tente en el aire x mulato)	40%	10,35%	49,65%
16. Torna atrás (no te entiendo x índio)	20%	55,15%	24,85%

Além desses tipos étnicos, havia os zambos, resultantes das uniões entre pretos e índios, e outros tipos advindos dos cruzamentos de zambos com outros elementos. Esses cruzamentos foram, porém, muito menos frequentes e numerosos, do que aqueles, ocorridos com os tipos acima citados.

Nos brancos se distinguiam os “españoles”, “criollos” e “extranjeros”. Os “españoles” eram brancos nascidos em Espanha, normalmente, donos das terras, dos talhos mineiros, do comércio e exerciam as principais funções públicas no Governo Colonial. Os “criollos”, eram; os descendentes dos “españoles”, brancos como eles, mas nascidos na América, excluídos, com poucas exceções, do exercício de funções públicas de relevo e do comércio. Os “extranjeros” eram brancos europeus, notadamente, franceses e ingleses, cuja entrada na América fôra tolerada durante o século XVIII.

Os índios constituíam a maior parte da população. No Peru, na Bolívia, eram cerca de 75% da população. Os índios semicivilizados trabalhavam na agricultura, pecuária e mineração e os insubmissos, ainda selvagens, viviam confinados em locais de difícil acesso, na cordilheira andina, na floresta amazônica, no pampa, ou na patagônia. Viviam, ainda, a época pré-colombiana e não raro assaltavam as populações das fazendas e das cidades menos protegidas.

Os negros eram em sua maioria escravos, mas os havia, também, em número reduzido, libertos. Trabalhavam nas fazendas de áreas tropicais, ou no serviço doméstico em cidades como Bogotá, Buenos Aires, etc.

Dos tipos mistos, os mestiços tinham melhor condição social, ainda que em plano inferior ao do branco. Os mulatos eram numerosos em cidades, como Caracas, Guaiacuil, Lima, Buenos Aires, onde exerciam ofícios manuais. Os zambos, pouco numerosos, trabalhavam como assalariados nas fazendas ou nas cidades. Mulatos e zambos não podiam

ocupar nenhum cargo público, não podiam frequentar escolas, nem adquirir postos nas milícias.

Na América portuguesa, segundo estimativa de Humboldt, havia uma população de cerca de 4,0 milhões de indivíduos, dos quais 900.000 eram brancos, 1,9 milhões pretos escravos, ou libertos, 400.000 índios e o restante pardos. Como na América espanhola, na portuguesa, os tipos pardos eram muito diversificados, resultantes dos contatos entre os grandes “stocks” raciais originários (brancos, negros e índio), como entre os produtos derivados. Entretanto, desde muito cedo, as denominações populares consagraram, as diferentes misturas raciais, Assim do cruzamento entre o branco e o índio resultou o mameluco, ou mamaluco, ou cabloco, em algumas áreas brasileiras. Do cruzamento do branco com o negro, resultou o mulato e do negro com o índio, o curiboca, ou cafuso. Aos elementos misturados se pode dar, como na América espanhola o nome de pardos embora em algumas regiões do país, se dê o nome de pardo ao mulato.

No há, ainda, no Brasil, um estudo científico em termos de percentagens de sangue dos tipos resultantes da mestiçagem. Entretanto, o linguajar popular tem suprido essa deficiência com denominações de mulato-claro, mulato-escuro, cabra, moreno, mulato-da-bahia para indicar os vários graus de diluição do sangue negro no branco. Curiboca, caboré, carijó, cabo-verde são denominações usadas pelo povo para designar os produtos do cruzamento do índio com o negro. Quanto à denominação mameluco, se acha registrada desde Frei Vicente do Salvador, a Euclides da Cunha, mas é chamado, também, de cabloco, cabloco é outras corruptelas dessa denominação.

b) PERÍODO DA EVOLUÇÃO: (1808 a 1940)

A América do Sul conquistou, entre 1808 e 1831, sua independência, no custo de sua unidade. Em 1831, o mapa político, que resulta da Guerra pela Independência, acusava a existência de uma Nação de origem portuguesa, dez Nações de origem, espanhola e três possessões de países europeus, as Guianas. Continuava, porém, essencialmente ibérica, em sua cultura e mestiça em seu “stock” racial.

A partir de 1850, foi, porém, profundamente, modificada em sua estrutura humana. Continente, preponderantemente, índio e negro, até meados do século XIX, teve sua área subtropical e temperada, submergida por um imensa vaga humana, vinda da Europa. Com efeito, entre 1850 e 1930, chegaram à América do Sul cerca de 6,0 milhões de europeus, originários de países latinos do sul da Europa, particularmente da Itália.

Essa segunda conquista da América do Sul efetuou, principalmente, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e, em menor, escala, o Chile, Foi motivada, principalmente, pelo vertiginoso crescimento da população europeia, pelas modificações das condições de circulação no Atlântico, decorrentes do navio a vapor, pela crise econômica, em que mergulharam vários países da Europa nesse período.

A Argentina, desde 1816, procurou atrair imigrantes europeus, oferecendo-lhes melhores vantagens do que aos seus próprios cidadãos, mas a instabilidade política, em que mergulhou, permanentemente, até 1853, paralisou, logo no início, a corrente imigratória, que começou a fluir. Mas, superada a fase da anarquia política, logo retomou seu curso com grande volume. Entre 1857 e 1926, mais de 5,7 imigrantes europeus penetraram na Argentina, deixando um saldo líquido em seu efetivo demográfico de mais de 3,0 milhões de indivíduos. Essa imigração foi, essencialmente latina, representada por 47,3% de italianos, 32,3% de espanhóis. Os franceses, alemães e ingleses cobriram, quase totalmente, os 20% restantes.

No Uruguai se repetiu, em menor escala, o mesmo fenômeno. O acréscimo de um milhão de habitantes, experimentado pela população uruguaia, entre 1884 e 1925, se deveu, em cerca de 34%, à imigração europeia.

O Brasil, mais ainda do que a Argentina, se transformou ao impacto da imigração europeia. Graças à entrada de mais de 4,0 milhões de imigrantes europeus, com um saldo positivo de 2,5 milhões no efetivo demográfico, o Brasil, de nação, preponderantemente, negra, se transformou na maior Nação branca da América do Sul. Em 1872, os brancos representavam, apenas, 30% da população e, em 1940 já eram 51%. Os italianos, com cerca de 1,4 milhões, representando 34% da corrente imigratória, chegaram entre 1884 e 1934, passando a constituir o grosso do operariado agrícola de São Paulo. Os portugueses forneceram um contingente de 30% e os espanhóis de 14%. Os alemães, também, em contingentes importantes se fixaram, principalmente, nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, enquanto os japoneses, com um efetivo aproximado de 300.000, se localizaram em São Paulo.

O Chile recebeu um contingente de 50.000 imigrantes, entre 1880 e 1916, constituídos de latinos e alemães. Os alemães se fixaram nas regiões de Valdivia e Llanquihue, oferecendo uma notável contribuição ao desenvolvimento econômico do país. Depois, vieram franceses e suíços, que se fixaram nas regiões ao sul do Bio-Bio, e, por último, os iugoslavos, que se localizaram em colônias nas áreas de Punta-Arenas e Antofogasta.

No Peru, a imigração foi muito fraca, notando-se apenas uma corrente de chineses e japoneses que se fixaram em importantes colônias agrícolas em Lima, radicaram-se, também, alguns europeus. Recentemente tem crescido a imigração de alemães para o Peru.

Nos demais países da América do Sul o fluxo imigratório foi muito pequeno e não alterou a estrutura da população.

II. Análise dos fatores e elementos condicionantes da miscigenação:

Cumprido estabelecer, inicialmente, que a miscigenação é o contato físico entre pessoas de sexo e “stock” raciais diferentes. Sendo, assim, somente, as pessoas que satisfaçam essas condições, influem, diretamente, nas miscigenação. Os

demais fatores, como os geográficos, os econômicos, os políticos, etc. influem apenas, indiretamente, na miscigenação, condicionando a presença dos grupos étnicos, ou não, em determinadas regiões e seus efetivos, a permanência e intensidade dos contatos físicos entre eles. Trataremos, pois, inicialmente, dos grupos étnicos que entraram na miscigenação na América do Sul.

a) GRUPOS ÉTNICOS

Indígenas:

Constituem o grupo étnico antigo e discute-se ainda, hoje, de onde provieram. Sobre o assunto formulam-se três hipóteses vieram de um tronco único, muito antigo, que se relaciona com a própria origem da humanidade; surgiram no próprio continente; vieram de outros continentes através de imigrações sucessivas.

A hipótese comumente aceita é a última, de autoria do antropólogo norte-americano HRDLICKA, completado por RIVET. Segundo esses dois antropólogos o homem americano é originário de outros continentes; veio, inicialmente, da ÁSIA, pelo estreito de BEHRING, vencendo cerca de 100 km, ou pelo cordão das ilhas Aleutianas, passando pela península de KAMCHATKA e ALASKA, percorrendo 400 km, aproximadamente. Essas imigrações ocorreram, entre 10.900 a 15.000 A.C. e essa corrente humana levou cerca de 5.000 anos para atingir a ponta sul do continente. Encarou-se, com RIVET, a possibilidade de os indígenas de algumas áreas terem vindo das ilhas POLINÉSIAS e da AUSTRÁLIA, talvez, há 6.000 anos A.C., através do Continente ANTÁRTICO, então, parcialmente degelado. Há, ainda, a considerar a presença de um elemento esquimó de origem uraliana, vindo pelo ÁRTICO, em época bastante recente.

Aceita essa origem para o homem americano, QUATREFAGENS considera-o como pertencente aos “stock” mongolóide, distinguindo, porém, dois grupos: o paleo-americano, que teria seu representante mais típico no Homem de Lagoa Santa, de que surgiria o grupo GÊ e o neo-ameríndio, representado pelas demais raças.

Quanto ao efetivo de indígenas existentes antes do descobrimento da América do Sul há, também, grande controvérsia. Aceita-se, porém, como cifra aproximada do efetivo dos indígenas sul-americanos a de 11,0 milhões de índios, assim, distribuídos: 1,0 milhão nas áreas da Venezuela e Colômbia atuais; 4,5 milhões na área andina, do Equador ao Chile; 1,5 milhão nos territórios das atuais Argentina, Paraguai e Bolívia e 4,0 no Brasil.

Essa população indígena se adensava, particularmente, na Cordilheira do Caribe, nos Andes, na área costeira, do PRATA ao ATRATO, ao longo do vale do rio AMAZONAS. Havia rarefação no litoral do Pacífico, nos Andes Meridionais e no Planalto Central Brasileiro.

As principais tribos indígenas eram as seguintes, tendo em vista os idiomas:

Família CHIBCHA - No lago de NICARÁGUA até as proximidades de GUAIAQUIL, estendendo-se à costa do PACÍFICO e à planície de este ao rio CABANARE. As tribos principais desse grupo eram: os MAYSCAS, na área de BOGOTÁ e no alto MADALENA; os TUHEBAS à este de BOGOTÁ; os ARAHUANAS na Serra de NEVADA e os TIMOTES na Serra de HÉRIDA. Não classificados em grupos linguísticos havia, ainda, as seguintes tribos: CHOCÓ-SAMBU no vale do rio ATRATO é na costa do PACÍFICO, entre 8 e 4 graus de Lat. Sul; os ARIDAQUES no SW da COLÔMBIA; os ESMERALDOS, entre o rio ESMEFRALDAS e o Cabo PASSADO, no EQUADOR e ainda nesse país; os JIVAROS, os CANARIS na Província de AZUAY. Na bacia do rio ORINOCO havia os OTAMAC, entre os rios META e APURE; os GUAIBAS entre os rios META e ORINOCO; os GUARAUNAS na delta de ORINOCO. Na bacia do rio AMAZONAS distinguiram-se o ZAPAROS, entre os rios BOLONAZA e PASTAZA; os QUITOTOS entre os rios JUPURÁ e PUTUMAIIO; os MAKU entre os rios negro e JAPURÁ.

Família QUICHUA - Estendiam nos Andes, desde o rio ANGAMÁSIO, ao norte, até o BIO-BIO no sul, e mais parte da BOLÍVIA e NW da ARGENTINA. As principais tribos eram: os HUANCAS à nordeste de LIMA; o QUITENO na área de QUITO; os LOMANOS na área de TRUJILLO; os INCAS, entre os rios APURIMAC e PANCARTAMBO e no vale do VILCANOTA; os AYMARAS nas áreas de COCHABAMBA, CHUQUISACA e POTOSI; os DIAGUITAS e CALCHAQUIES no noroeste da ARGENTINA.

Não classificados em grupos linguísticos - os KASSIVOS, KOMBO, PANOS, no vale do UACAYALI eram antropófagos; TORAMONO, entre os rios MADRE DE DIOS e BENI.

Grupos dos Fueginos e Pampeanos - CHARRUAS, MINUANOS e YAROS no território do URUGUAI e na MESOPOTÂMIA argentina; os CHANASES e QUERANDIES na margem sul do rio da prata; os PAMPAS e os PANTAGÕES, entre o rio NEGRO e o estreito de MAGALHÃES; e OÑA na costa sul da TERRA DO FOGO.

Grupo do CHACO - PAYAGONES nas proximidades de ASSUNÇÃO; ABIPONES no CHACO; os MATACAS e CHAROTES na bacia do rio PILCOMAIO.

Grupo ARAUCANO - Estendia-se pela vertente andina do PACÍFICO, entre COPIAPÓ e CHILOÉ e na atlântica, desde o lago GUANACACHE ao NAHIL-HUAPI, prolongando-se aos Territórios de NEUQUEM e RIO NEGRO. As principais tribos eram: os ATACAMENOS, no vale do rio LOA; os CHANEGOS, no Deserto de ATACAMA.

Família TUPI-GUARANI - Ocupava praticamente, toda a extensão do litoral brasileiro, prolongando-se pelos territórios dos atuais URUGUAI, ARGENTINA, PARAGUAI, BOLÍVIA e PERU.

O Tupi-Guarani pertence ao “stock” racial neo-ameríndio, relacionado com o Homem dos SAMBAQUIS,

Representa o mais típico exemplar da raça Brasília-Guarani. Possuem pele amarelo-bronzeada, nariz bem formado, zigomas salientes, cabelos lisos, estatura baixa (média de 1,68 m). Entre dolicocefalos e mesocéfalos.

Traços culturais, cultura material - A casa era uma choça. Grupadas em quatro ou cinco constituíam a maloca de tipo quadrangular, plantada em regiões altas, nas margens dos rios. Mudavam-se com frequência. Como elementos acessórios da habitação tinham a rede, bancos toscos, etc. Cuidavam da higiene do corpo, praticavam deformações e usavam tatuagens feitas com incisões profundas. Vestimentas de penas e mantos de peles, ornamentos vários. A economia estava no estágio de coleta (caça e pesca), praticando algumas tribos a agricultura da mandioca, do milho, aprendida com os Aruaks. O armamento era o arco, a flexa, o tacaie, o laço. Exímios pescadores a linha, o anzol; com rede, arpão, à mão; usando às vezes o processo de barragem e do veneno. Alimentavam-se de peixes, farinha, milho, vinhos de caju, cauim. Usavam como narcótico o tabaco. Como meios de navegação usavam as canoas em troncos (igara), feitas com casca (ubá), ou troncos de árvore (jangada).

Cultura espiritual - Acreditavam na existência de uma alma (AN), ligada ao corpo, a qual tomava o nome de ANGUERA, quando dele se separava e empreendia viagem para locais, onde gozaria de todas as delícias. Nos seus movimentos migratórios diziam buscar “uma terra onde não se morre”.

Os laços matrimoniais eram frouxos e baixo o “status” da mulher. Havia poligamia em diversas tribos, mas a primeira mulher era sempre considerada a esposa. Falavam uma língua geral “Tupi-Guarani” e tinham organização política e social muito rudimentar. Hospitaleiros, mas desconfiados.

As principais tribos eram as seguintes - Tupinambás entre os rios Pará e Parnaíba, do rio S. Francisco do Camamu, arredores da Baía da Guanabara. Fotiguara, entre os rios Parnaíba e Paraíba do Norte. Tabajara no alto Gurupi, na Serra da Ibiapaba, em Pernambuco e Espírito Santo. Caetés, entre os rios Paraíba do Norte e S. Francisco, TE do Rio. S. Francisco às proximidades do Mucuri, tendo sido o o contato com portugueses. Tomimino do Espírito Santo ao curso inferior do rio Paraíba do Sul. Tamoiós na região costeira do Estado do Rio de Janeiro, do Cabo de S. Tomé a Angra dos Reis e daí até Bertioga. Carijó da Barra de Canaéia até o Rio Grande do Sul. Tapê no litoral a atualidade essas tribos, que tiveram grande influência na miscigenação inicial, entre portugueses e índios, pois habitavam a faixa costeira, estão extintas. Alguns remanescentes estão civilizados e outros vivem no interior do país.

Tribos da bacia do Amazonas - Omáguas na margem do rio Amazonas, entre a foz do rio Napo e a do Juruá, estando, hoje, confinados à área, entre os rios Napo e Ucayali Pupinambaranas na ilha desse nome e mais ao sul em Maués. Outros grupos tupis-guaranis são encontrados, hoje, nas bacias dos rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Grajaú, Mearim.

Tribos Tupis Guaranis do sul - Camigua no norte do Paraguai e no sul de Mato Grosso. Chiriguanos no “lanos” da Bolívia, aldeados na sua maior parte nas Missões de Santa Rosa. Chané nas bacias do Pilcomayo e do Parapiti. Existem ainda, hoje, alguns remanescentes dessas tribos.

Família GÊ - São os índios que os Tupis-Guaranis denominavam Tapuias, com significado deprimente. Ocupavam antes da descoberta extensas áreas mas foram repelidos pelos Tupis e no ano da descoberta estavam confinados à região, entre os rios Tocantins e Xingu, de suas primeiras quedas ao norte, até o paralelo de 30°. Sua distribuição atual continua sendo o planalto entre os rios Tocantins e Xingu entre os paralelos de 27 e 6 graus de Lat. sul, sem atingir o rio Amazonas.

Tipo físico - Pele amarelo-claro, cabelos lisos, olhos escuros, corpo com extremidades abauladas, estatura de 1,58 a 1,70, maxilar inferior robusto, prognatismo, face com tendência oval, dolicocefalia. Raça paleoameríndia.

Traços culturais, Cultura material - Economia de tipo coleta. Grandes trepadores de árvores. Pescadores medíocres. Aprenderam com os tupis alguns rudimentos de agricultura, Habitação muito rudimentar e não fixa. Cortam o cabelo com uma coroa de frade (Coroados). Pintam o corpo. Deformação típica com o botoque (Botocudos). Vivem nus, com tufo de ervas na cintura.

Cultura espiritual - Cosmolatras. Algumas tribos são monógamas. O *status* da mulher era elevado e a família é matrilocal. Organização dual em várias tribos. A divisão proposta por ENRENREICH é a de Gês Primitivos e Gês Derivados.

Gês Primitivos se dividem em Gês setentrionais, cujas tribos principais são: os Botocudos, os Camacam, os Pataxos; os Gês meridionais são os Came e os Bugres ainda, hoje, existentes em Santa Catarina.

Gês Derivados cujas principais tribos são os Acroá, hoje, extintos e os Acuem com remanescentes atuais, entre, os rios Tocantins e Araguaia.

Família ARUAK - Seu habitat era imenso, estendendo-se pela Flórida, pelas Grandes Antilhas e norte do Brasil. O núcleo regional estava possivelmente na Venezuela. Lá entraram em guerra como as Caraíbas e foram recaleados para o norte do Brasil e para as Antilhas. Continuando o movimento para o sul, repeliram os Tupis Guaranis e chegaram a atingir o Paraguai.

Tipo físico - Esta, ainda, em investigação. Observações realizadas nas tribos do Grupo Parecis permitiram fixar alguns traços: fronte oblíqua e baixa, nariz arqueado, perfil delicado, cabelos negros e lisos, olhos pequenos e muito oblíquos, pele amarelo-cúprica, estatura média de 1,58, índice encefálico de 77,5 cm.

Traços culturais. Cultura material - Habitação de tipo cônico, dispostas em círculo, bem defendidas, vivendo de 30 a 40 pessoas em cada palhoça. Cintura abdominal de casca de árvore ou outro material, pinturas no corpo, ornamentos, tatuagens feitas com espinhos de gravata, embebidos em tinta de jenipapo. Andam descalços. Bons agricultores, cultivavam a mandioca, o milho e o tabaco. A caça e a pesca eram, também, atividades importantes. A cerâmica era rica, tendo se

originado dela, provavelmente, a cerâmica marajoara.

Cultura espiritual - Domina a cultura matrilinear. A lua, considerada como mulher era o ser fundamental. Uma mulher, que não teve esposo, deu origem aos Aruaks. Várias tribos, como a dos Parecis, são monógamas e outras polígamas, como observou Roquete Pinto. As mulheres estão geralmente afeitas aos trabalhos domésticos e agrícolas.

Tribos das bacias dos rios Orinoco e Amazonas - Aruan na Ilha de Marajó, já extintos. Achagua, Goajiro, Piapoco na Venezuela. Bare e Banivas na bacia do rio Negro. Izazom com várias tribos na bacia do Içana. Caniari-Passe os mais belos índios do Brasil, bacia do rio Japurá. Assemelham-se aos brancos.

Tribos das Guianas - Maramane no baixo Oiapoque. Taruná no alto Essiquibo. Ateraí na Guiana Inglesa.

Tribos do sul do Amazonas - Os Parecis habitam o planalto desse nome. Algumas tribos são semicivilizadas, como a de Moxes no Mamoré central, Uamairi, Baure na arca boliviana, O grupo Puru-Puru com inúmeras tribos na bacia do rio Purus, Juruá, das quais os Paumari, Jamanade, ipurina, ainda existem hoje. Os Ianapari e os Chontoquero na bacia do Madre de Dios.

Tribos meridionais - Atingiram o Paraguai. As principais tribos são os Quinquino a E. do rio Paraguai, os Guana, entre os rios Paraguai e Salado e os Terenos no sul de Mato Grosso, Grupo Tacana com várias tribos nas bacias do Madre de Dios e do Beni.

Família Caribe: Tipo físico - Raça brasilide. Não tem tipo físico definido, sendo por exemplo, altos ao norte do rio Amazonas e baixos no sul. Alguns traços comuns são: a pele cor de argila e os cabelos negros ondulados.

Estendiam-se das Antilhas às nascentes do Xingu, além do 13° de lat. sul, da borda de planalto brasileiro a este, ao alto Amazonas a oeste.

Tribos do sul do Amazonas - As principais tribos são: Os Pimenteiras nas nascentes dos rios Piauí e Gurgeri: Apiacá, entre o baixo Tocantins e o Xingu, Palmela nos afluentes do Guaporé e nascentes do Xingu.

Tribos ao norte do Amazonas - Cumanagoio na Venezuela, civilizados pelas Missões; Carinaco na bacia do Orinoco; Acanoio na bacia do Guaiúnia e Macuxi na bacia do Branco.

Tribos do alto Amazonas - Umana na bacia do Apaporis: Peba no alto Amazonas.

Dos grupos não classificados nas grandes famílias se distinguem:

O grupo Bororó. Tipo físico - Pele cor de barro, cabelos pretos, cabeça alta, testa baixa, rosto oval, singomas salientes, olhos castanho-escuros, orelhas pequenas e nariz de base achatada, dentes sólidos e regulares, lábios grossos e salientes, prognatismo médio, estatura elevada (1,76 para os homens).

Tomando Cuiabá, como centro temos dois grupos: os Bororós Ocidentais - que compreendem os Bororós da Campanha (margem direita do Paraguai e Jauru), os Bororós dos Cabaçais (rio Cabaçal) e Bororós Orientais, com os Coroados, os Orari, que habitam as margens dos rios, São Lourenço e alto Araguaia.

Grupo Nambiquara: Tipo físico - Pele amarelo-queimado, cabelos duros e lisos (semelhante ao dos polinésios), pernas finas e musculosas, mãos pequenas, mesocéfalos. Habitam a zona serrana do norte de Mato Grosso e foram localizados e estudados pelo Marechal Rondon. As tribos principais são o Congore no vale do rio Buriti, o Nêê na bacia do Juruena, o Anuzê na bacia do rio 12 de outubro.

Grupo Carajá. Tipo físico - Cabeça alta e comprida, nariz reto e saliente, cabelos duros e lisos, pele delicada, narinas largas, boca grande, lábios cheios, dentes fortes, queixo largo. Estatura de 1,68.

Vivem na margem esquerda do rio Araguaia, entre os 15 e 6 graus de lat. sul. Foram encontrados pela Bandeira de Amador Bueno. Os padres dominicanos aldearam grande parte deles nos seus postos de Porto Nacional e Conceição do Araguaia.

Grupo Pano - É muito numeroso e ocupa extensa área. As tribos mais importantes são encontradas, desde o Jataí a este, até o Hualada a peste, em toda a bacia do Javari nas duas margens do Ucayali, no alto Juruá e nas nascentes do Purus.

Outras tribos estão na bacia do Inambari. Finalmente, tribos numerosas se encontram nas bacias do Mamoré, do Beni, Madre de Dios e no Estado do Acre.

Guacurus e Cariri - Tem interesse histórico. Os remanescentes dos primeiros são encontrados, hoje, em Santa Fé e Santiago del Estero, na Argentina, no Sul de Mato Grosso, nas bacias do Apa e do Ipane e no vale do Nabileque. Os dos segundo estão em Águas Belas no Estado de Pernambuco.

Grupo Tucano - Estendem-se por vasta área ao NW do Brasil, prolongando-se pelos territórios da Colômbia, Peru e Equador. Dividem-se em tribos orientais, que ocupam as bacias do rio Negro e Apaporis. Tribos ocidentais: ocupam a bacia do Napo desde a confluência com o Amazonas até o Aguarico, bacia do Putumaio, alto Caquetá. Grupo setentrional: vivem no vale do Manacá.

2. BRANCOS:

Os brancos são europeus e devem ser analisados sob dois aspectos: o europeu histórico, isto é, o colonizador dos primeiros séculos e o europeu imigrante, aqui entrado depois da Independência, notadamente, a partir de 1850. Os primeiros foram de modo geral espanhóis e portugueses e os segundos, ainda esses, acrescidos de italianos, alemães, franceses, eslavos e judeus.

Espanhóis: Tipo físico - Racialmente, pertence à raça mediterrânea, com influências do tipo atlântico-

mediterrâneo e, talvez, dinárico, na Catalunha e Valência, com maior relevo do tipo nórdico nas províncias do NW, principalmente, nas Astúrias. Os traços físicos principais são os seguintes: índice cefálico médio 77 cm, estatutra 1,863 m, predominantemente moreno, cabelos negros, olhos negros, nariz, às vezes, convexo. Os tipos regionais podem ser visto assim: o andalus com estatura média, corpo flexível e delgado, o catalão e valenciano de alta estatura e corpo pesado.

A maioria dos espanhóis que fizeram a conquista eram agricultores pobres e rudes, vindos da Andaluzia, cerca de 20,5%, de Castela Velha e Nova 28,6% e dos Países Baixos 11,6%.

Castela, a quem coube a posse da terra por bula papalina, era região de pastoreio e seus habitantes preferiam a guerra sobre qualquer outra atividade e nela serviam ao Rei e ao Deus. Foram educados, durante séculos inteiros, na ideia, de que a matança de infiéis enobrecia e de que o trabalho manual envelhecia, uma vez que era atividade própria do vencido escravizado. O infiel e seus bens pertenciam ao cristão, que tivesse poder para submetê-lo e deles despojá-los. Por outro lado, o catolicismo tinha inoculado na alma espanhola, sentimentos nobres, endossados pelo Governo.

Estes dois fatos, o tradicional e o místico configuraram os fundamentos da colonização espanhola na América do Sul e até certo ponto explicam suas contradições.

O tradicional levará o colonizador a utilizar os indígenas para explorar as riquezas da Nova Terra, a saquear os seus tesouros, a fazer de suas mulheres concubinas. O místico os conduzirá a redimir os índios de sua selvageria, a procurar, sinceramente, ensinar-lhes mais altas e mais dignas formas de viver. A colonização espanhola, está pois marcada por essa contradição de alma espanhola: a ideia do lucro que conduzira à escravização de fato do indígena e a do proselitismo, que muito realizaram em prol de sua redenção como pessoa humana.

O Espanhol histórico - Entre 1509 e 1798 (289 anos) entraram na América do Sul espanhola, aproximadamente, 150.000 espanhóis. Em 1808 calcula-se que existissem cerca de 200.000 espanhóis e 2,5 milhões de descendentes brancos seus.

No Brasil, o número de espanhóis entrados, entre 1580 e 1640; foi perceptível, mas sua influência se fez notar, particularmente, nas áreas marginais da colonização, no sul e no centro-oeste. No sul foi importante; no Rio Grande, devido às lutas que se travaram para definir a fronteira nessa região. Os espanhóis que vieram para o Brasil provinham, particularmente, da Extremadura e da Andaluzia.

Espanhol imigrante - Está representado por um contingente importante na Argentina com 32,3% dos imigrantes entrados no país; no Uruguai, em que essa percentagem é de 30% e no Chile em menor escala. No Uruguai o número de espanhóis era de 25.200, em 1950, representando o segundo contingente de imigrantes.

No Brasil o número de espanhóis entrados, entre 1844 e 1944 (100 anos), foi de 584 mil, 14% dos imigrantes; sendo notável os efetivos entrados; entre 1804 e 1913, cerca de 224.672.

De acordo com o recenseamento de 1940 a distribuição de espanhóis pelas diferentes regiões brasileiras era a seguinte: Norte 1407, Nordeste, 337, Este 18.559, Sul 127.327. Centro-Oeste 4.465. São Paulo recebeu 121.327, ou seja 81,93% do contingente. Fixaram-se na zona noroeste, da alta Sorocabana, e da Araquarense e na Baixada Santista, particularmente, pequeno comerciante, garçon, estivador. Em 1950, o número de espanhóis existentes no Brasil, era de 141.608, ou seja 10,8% da população estrangeira do País.

Portugueses: Tipo físico - Domina o dolicocefalo mediterrâneo de pequena estatura, pele morena e olhos castanhos. O português era produtos de longa e ampla miscigenação. Inicialmente, foram os iberos e os celtas, que sofreram a dominação cartaginesa e depois dos romanos e com eles se miscigenaram. Depois o contato foi com povos bárbaros, como os vândalos, suevos e visigodos, tendo os últimos sofrido a dominação dos mouros.

O cristianismo deu conteúdo espiritual à cultura portuguesa e um sentido comum aos diferentes grupos que formaram esse povo com a conversão do rei visigodo Recaredo, no século VI, se iniciou o processo de unificação da cultura portuguesa, que encontrou um estímulo poderoso nos Mosteiros, que funcionavam, como escolas e centros religiosos. De tal modo o sentido cristão da vida se inoculou na alma portuguesa, que se tornou o principal veículo de sua expansão na Ásia, na África e na América, através das virtudes, que lhe comunicou. Aonde foram as caravelas aventureiras e ousadas, foi também essa cultura cristã, feita de tolerância e de compreensão, de tenacidade e de energia, as quais se constituíam na base, do que houve de flexível, e de plástico, na ação colonizadora desse povo, que soube, apesar de seus pequenos recursos humanos e materiais, superar todos os obstáculos, vencer todas as dificuldades e implantar, em toda a parte, a eternidade de sua presença. A cultura cristã e o mar foram, talvez, as fontes mais ricas da cultura portuguesa. A primeira plantou fundo suas raízes, unindo-as de fé e de tolerância; o segundo abriu-lhe os caminhos para sua expansão no espaço, levando-a a todos os continentes.

O português histórico - Na América espanhola marcou sua presença apenas nas zonas de contato das áreas que colonizaram. Alguns portugueses se fixaram na região de Cumaná, na Venezuela, no Paraguai, em Buenos Aires e em Charcas. Os contingentes portugueses, hoje, são numerosos na Venezuela, e na Argentina.

O povoamento do Brasil se iniciou, de fato, com a implantação do Governo Geral, em São Salvador, em 1549. Em 1580, a população branca do Brasil era de 15.000 almas, num total de 57.000, segundo avaliação do padre Anchieta. Em 1640 a população da Colônia orçava em 200.000 almas, dos quais cerca de 715.060 eram brancos, notadamente, portugueses e espanhóis e alguns franceses, holandeses e judeus.

Com a criação do Estado do Maranhão, os portugueses encaminhavam para a região amazônica grande número de açorianos, visando à ocupação definitiva da área do Baixo Amazonas e a colonização da região do Golfão Maranhense. A mesma providência tomaram a partir de 1747, visando a ocupar a área, que se estende de Paranaguá a São Pedro do Rio

Grande. Os açorianos são encaminhados, inicialmente, para a região de Santa Catarina e, irão depois para a do canal do Rio Grande. Vários imigrantes de Traz-os-Montes foram, também, encaminhados para a Colônia do Sacramento.

A descoberta do ouro, inicialmente, em Minas Gerais e depois em Mato Grosso e Goiás atraiu um volumoso fluxo de colonizadores portugueses para essas regiões, estimado em cerca de 25.000. A vinda do Governo Português para o Brasil deu outro impulso à corrente imigratória. De 1808 a 1817 vieram para o Brasil cerca de 24.000 portugueses.

Português imigrante - De 1847 a 1857 entraram no Brasil cerca de 60.000 portugueses, fixando-se particularmente, nas colônias agrícolas de São Paulo. Entre 1864 e 1873 entraram 66.258 portugueses e entre 1884 e 1944, 1.227.304.

Em 1940 a distribuição de 353.304 portugueses no Brasil era a seguinte: Norte 8.660, Nordeste 3.849, Este 176.112, Sul 164.660, Centro-Oeste 1.111. No Estado de São Paulo estavam 155.301 portugueses ou seja 43,8% do contingente, no antigo Distrito Federal 146.940, ou seja 414%. Em 1950, o número de portugueses existentes no Brasil, era 336.856, representando 27,7% do contingente de estrangeiros.

O colonizador era de camadas sociais extremas: o fidalgo sesmeiro, ou o indivíduo das mais baixas camadas sociais. O imigrante é, particularmente, comerciante, agricultor, vem do Minho e Traz-os-Montes, e se fixa na agricultura, ou nas cidades, como padeiros, açougueiros, comerciantes de secos e molhados, estivadores etc.

Italianos: Tipo físico - Do ponto-de-vista antropológico há uma Itália do norte e outra do sul, separadas por uma linha que vai de ANCONA a ROMA, passando pelo TIBRE médio. Os indivíduos do norte são braquicéfalos de raça, predominantemente, alpina, com núcleos dináricos, mais ao sul. Os do sul são dolicocefalos de pele morena do velho "Stocks" mediterrâneo.

Na América espanhola o italiano não teve influência histórica. Mas a partir de 1850 começam a entrar em grandes levadas nos países de origem hispânica, notadamente, na Argentina. Em 1856, os italianos já eram 10.276 somente na cidade de Buenos Aires, e, em 1873, já somavam 26.873. De 1857 a 1914 entraram na Argentina 2.274.379 italianos, ou seja 34%, dos imigrantes. Eram, predominantemente, piemonteses, lombardos, seguidos de genoveses, venetos, tirolezes e foram empregados em tarefas agrícolas, industriais e serviços urbanos. Contingentes de italianos entraram, também, no Uruguai, no Chile e na Bolívia, mas em muito menor escala.

No Brasil. Italiano histórico - Na fase vicentina se destacam os italianos da família Adorno (Giuseppe, Francesco e Paolo); tendo sido o primeiro um dos fundadores de Santos com Braz Cubas. Nas Bandeiras dos séculos XVI e XVII tomaram parte italianos, bem como na defesa do Nordeste contra os holandeses. Essas contribuições foram, porém, esporádicas, de curta duração tendo pequena, ou nenhuma, influência na miscigenação.

Italiano imigrante - De 1884 a 1944 entraram no Brasil 1.413.767 italianos. De acordo com o recenseamento de 1940, havia no Brasil 285.172 italianos, representando 21,2% do contingente de estrangeiros. A distribuição pelas Regiões era a seguinte: Norte 928, Nordeste 994, Leste 39.970, Sul 242.527, Centro-Oeste 753. No Estado de São Paulo se tinham fixado 213.138 italianos, ou seja 74,74% do contingente, no Rio Grande do Sul 18.685, ou seja 6,55% no antigo Distrito Federal 16.439, ou seja 5,77%, em Minas Gerais 13.741, ou 4,82%. Em 1950, os italianos, no Brasil, somavam 242.337, ou seja 20,1%, dos estrangeiros existentes no País.

Os italianos que se fixaram nos Estados de São Paulo e no do Paraná vieram predominantemente, de Veneza; para Santa Catarina de Gênova e Trieste. De um modo geral os italianos que se fixaram, nas áreas urbanas são do sul da Itália e nas áreas rurais do norte.

Em São Paulo, os italianos se fixaram, inicialmente, no litoral de Iguape a Cananéia, ganhando depois as áreas do planalto. No Paraná fixaram-se de início, no litoral, em Paranaguá e Morretes e depois no planalto até a Foz do Iguaçu. Em Santa Catarina, a imigração começou, em 1836, com a fundação de colônias, em Itália e Urugussanga. No Rio Grande do Sul as Colônias de Bento Gonçalves e Garibaldi foram fundadas, em 1875. Depois veio a de Caxias do Sul, que se transformou no centro da colonização italiana nessa área, mais tarde a colonização se expandiu por todo o território do Rio Grande do Sul.

Alemães: Tipo físico - Nas regiões planas do norte o tipo físico é dolicocefalo nórdico; na região montanhosa do sul é o braquicéfalo, com intrusão dinárica, no oriente é o braquicéfalo nórdico louro. A imigração alemã só começou com a unificação política empreendida por Bismarck. A influência dos alemães no período histórico foi nenhuma, em que pese a colonização dos Welsers, na Venezuela, feita, particularmente, com judeus.

Alemão imigrante - Na América do Sul de origem espanhola a imigração alemã teve significação na Argentina e no Chile, particularmente, na primeira.

No Brasil a imigração começou cedo, em 1824, com a fundação da Colônia de Feitoria; futura São Leopoldo. Daí, se irradiou pelo vale do rio dos Sinos, onde foi fundada Montenegro, em 1840. Houve uma pausa no fluxo imigratório, devido à instabilidade política da área. Foi retomada mais tarde nascendo então as chamadas colônias da Serra Ijuí, (1890), Serra do Cadeado (1895), Buriti (1803), Boa Vista (1912), Sobradinho e outras no vale do rio Jacuí e no planalto de Nordeste.

Em Santa Catarina, a colonização alemã começou, em 1828, com a fundação de São Pedro de Alcântara. Em 1829, foram fundadas as colônias de Mafrá e Corisco. A primeira tentativa, no vale do rio Itajaí, se verificou, em 1835, mas a colonização nessa área, só tomou impulso com Hermann Blumenau, em 1848. Blumenau foi fundada em 1852, Joinville, em 1851 e Itajaí, em 1864. No caminho de Lages foram fundadas em 1653, Santa Tereza e Terezópolis. As últimas colônias fundadas foram Passarinho, Dom Carlos, Iracema (1933).

No Paraná a colonização alemã começou com um grupo vindo de Santa Catarina o qual fundou Rio Negro. A colonização se expandiu depois fundando-se Castro (1877), Dom Jardim, Irati (1908), Afonso Pena (1914). Em São Paulo a colonização foi prolongamento, da que se verificou no Paraná.

No Espírito Santo a colonização alemã se radicou nas áreas das colônias de Santa Leopoldina (1857) e Santa Izabel. Em Minas Gerais foram fundadas Filadélfia e Teófilo Otoni, em 1856, e, em 1858, Juiz de Fora no vale do rio Paraíba.

Os alemães, entrados no Brasil, provieram, notadamente, do Norte, Pomerânia, Holstein, Saxônia Oldmburg. Eram agricultores, pertencentes a pequenas comunidades rurais, protestantes, com hábitos tradicionais arraigados. Houve, também, pequeno número de artesãos e operários qualificados.

Entre 1844 e 1944, entraram no Brasil 173.338 alemães. O recenseamento de 1940, acusou a presença de 70.691 alemães, assim distribuídos pelas regiões naturais:

Norte 252, Nordeste 908, Este 12.810, Sul 56.081, Centro-Oeste 640. Em São Paulo existiam 25.510 alemães, ou seja 36,18% do contingente, no Rio Grande do Sul 13.375, ou seja 19,40%, em Santa Catarina 9.822, ou seja 13,89% e no Paraná 6.974, ou seja 9,87%. Em 1950, os alemães e austríacos no Brasil eram 83.227, representando 6,9% do contingente estrangeiro.

Austríacos - Entre 1884 e 1944, entraram no Brasil 85.858 austríacos, fixando-se principalmente, no Estado de São Paulo.

Franceses - Na América de origem espanhola o contingente de franceses é perceptível, na Argentina, onde representam 3,4% do número de imigrantes. No Uruguai o número de franceses é de 4,0% do contingente (4.521).

No Brasil o francês se fez presente no período histórico em várias tentativas de colonização das quais se destacam, pela maior duração, a do Rio de Janeiro, entre 1555 e 1567 e a do Maranhão, entre 1612 e 1615. Em todas elas, porém, a influência na miscigenação foi muito pequena, dado o pequeno efetivo dos colonizadores e à pequena duração dos contatos. Parece, entretanto, que deixou alguns traços, no Maranhão, na área de São Luís, onde permaneceram alguns franceses depois que foram expulsos dessa área.

Entre 1884 e 1944 entraram no Brasil 34.484 franceses. A influência do ponto de vista da miscigenação foi muito pequena. Culturalmente, foi mais importante, pois, os imigrantes franceses foram predominantemente técnicos, artistas, cientistas e intelectuais.

Suíços - Entre 1864 e 1944, entraram no Brasil, 11.216 suíços. As primeiras colônias fundadas foram as de Santa Leopoldina, na Bahia, em 1818 em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro por influência de D. João VI. Mais tarde foram fundadas, em São Paulo, as colônias de Angelim, Cabotinga, entre 1827 e 1860. No Paraná as de Superagui, Assanguí, Santa Cândida. Em Santa Catarina as de Dona Francisca, Brusquê e Itajaí.

Holandeses - Nenhuma influência nos países de origem espanhola. No Brasil o holandês esteve presente, no Nordeste brasileiro, entre 1624 e 1654 em duas tentativas de colonização: uma em São Salvador e outra em Olinda, sendo que desta última área se expandira para o norte até o Maranhão e para o sul até o São Francisco. A influência na miscigenação foi, porém, pouco significativa, pois, o holandês se ligou fisicamente às brancas, ou a tipos já cruzados, evitando os contatos físicos com os negros e os índios. Em 1637, o número de holandeses, no Brasil era estimado em 7.000, o que representava um contingente importante para a época.

Entre 1844 e 1944 entraram no Brasil, 8.855 holandeses.

Eslavos - Sob essa rubrica serão vistos os russos, os poloneses, os iugoslavos, os ucranianos, os búlgaros e os sérvios. São particularmente importantes as contribuições dos poloneses, dos ucranianos e dos russos. Entre 1844 e 1944, entraram no Brasil: 102.299 russos; 49.440 poloneses; 22.959 iugoslavos; 5.622 tcheco-eslovacos; 1.383 ucranianos; 301 búlgaros e 287 sérvios.

No Rio Grande do Sul, no Município de São Mateus, há inúmeras colônias de russos e ucranianos. Os poloneses se fixaram em Erechim, Encruzilhada e Getúlio Vargas. Em Santa Catarina, os rusos se fixaram em Itaópolis e, juntamente, com os poloneses, em Caçador Blumenau, Orleans, e Porto União.

No Paraná, russos e ucranianos se fixaram em colônias mistas, em Alexandria: Pereira, General Carneiro e os poloneses isolados em Curitiba, São Mateus, Rio Negro, Reserva, Tamandaré.

Em 1950, o grupo mais numeroso era o dos poloneses com 48.808 indivíduos.

Turcos - Este grupo compreende os Sírios, os Libaneses, os Palestinos, os Armênios. Até 1944, tinham entrado no Brasil: 78.000 indivíduos desse grupo dos quais 20.507 eram Libaneses. O recenseamento de 1940 acusou a seguinte distribuição de turcos, no Brasil: Norte 1.539, Nordeste 980, Leste 16.506, Sul 27.804 e Centro-Oeste 1.725. A grande concentração se verificava em São Paulo, com 23.498, ou seja 49,26% do total e no antigo Distrito Federal com 6.510, ou seja 13,39%. Em Minas Gerais havia 5.902, ou seja 12,14%.

Judeus - Os judeus estiveram presentes no período histórico: no Brasil, através do grupo SHPHARDIN expulso de Portugal e refugiado na Holanda. A imigração de judeus para o Brasil durante o domínio holandês, no nordeste foi grande, vindo de uma só vez 670 famílias judias. Expulsos os holandeses inúmeras famílias permaneceram, no Brasil, como cristãos novos. Em 1940, havia no Brasil 55.666 judeus, estando, em São Paulo, 20.379; no Distrito Federal 19.743; no Estado do Rio de Janeiro 1.920; no de Minas Gerais 1.431; em Pernambuco 1.115 e no Paraná 1.033.

Japoneses - Tipo físico - Distinguem-se dois tipos: o fino com características coreanas e mandehus e o grosseiro com características malaias e malaio-polinésicas.

Na América espanhola os japoneses se fixaram principalmente, no Peru, na Argentina, Bolívia e Chile. Em 1931, havia 18.419 japoneses no Peru, 3.885 na Argentina, 453 na Bolívia e 713 no Chile.

No Brasil entraram, entre 1908 e 1941 (43 anos), 189.158 japoneses. O recenseamento de 1940 acusa a presença de 141.102 japoneses no Brasil, distribuídos pelas regiões naturais: Norte 821, Nordeste 66, Leste 1.759, Sul 137.213 e Centro-Oeste 1.243. Em São Paulo estavam radicados 128.307 japoneses, ou seja 81,64% do total e no Paraná 7.705 ou seja 9,87%. Em 1950, havia no Brasil 129.192 japoneses, representando 10,6% de contingente de estrangeiros.

O tipo físico de imigrante japonês vindo para o Brasil é o grosseiro, ou seja estatura pequena, constituição pesada, braquicéfalo, face larga com zigomas salientes, olhos ligeiramente oblíquos, nariz achatado, boca grande. A maioria veio da ilha do OKINAWA.

Chineses - Há um contingente importante no Peru fixado na área costeira, em colônias mistas com japoneses, cultivando algodão e cana de açúcar.

No Brasil, entre 1895 e 1944, entraram 1.732 chineses, encaminhados particularmente para São Paulo.

4. NEGROS

Não se sabe exatamente o número de negros introduzidos no Nono Mundo. A Enciclopédia Católica avalia-os em 12,0 milhões, a Helps em 5,0 a 6,0 milhões, entrados entre 1517 e 1807. Entretanto se pode traçar com bastante precisão a área de influência negra na América. Ela cobriu grande parte do vale do rio Mississipe, quase todas as Grandes e Pequenas Antilhas, a costa da Colômbia, da Venezuela e das Guianas, notadamente a holandesa e o litoral brasileiro de Belém ao Rio de Janeiro. Quase toda a área central menos os territórios dos Estados de Goiás e Mato Grosso e a ocidental ficaram de modo geral isentas do povoamento negro.

A influência do negro foi importante durante todo o período histórico. Na América espanhola havia em 1826, na Capitania Geral da Venezuela e na Colômbia 160.000 negros, dos quais cerca de 60.000, na Venezuela, e 160.000 na Colômbia. No Peru, o censo de Gil Taboada, de 1781, apurou a presença de 81.593 negros numa população de 1.076.122 almas. No fim do século XVIII havia em Lima 8.969 negros, numa população de 52.627 habitantes. No Peru a área de povoamento negro foi a da costa do Pacífico, onde foram utilizados na cultura da cana de açúcar e nos engenhos e destilarias de LANBEYEQUE, CHICANA, SANTA CATALINA; nos vinhedos de LIMA, CHICHA, FISCO, LOCUMBA; nas fazendas de TUMBEZ, CHIRA e PIURA. No Equador foram utilizados, também, na área costeira, particularmente na Província de Esmeraldas. O negro esteve ausente da área do planalto, onde foi representado, apenas, por alguns indivíduos, exercendo atividades domésticas.

No Brasil, a influência do negro na miscigenação foi grande, tanto pelo efetivo existente, como pela extensão da área de povoamento, duração dos contatos.

Em 1798, para uma população de 3.250.000 habitantes, havia 1.361.000 negros escravos e 406.000 libertos, num total de 1.767.000. O levantamento estatístico do Conselheiro Veloso de Oliveira, realizado em 1819, acusou numa população de 3,5 milhões de habitantes a presença de 1.081.000 negros escravos e 202.000 libertos, assim distribuídos: Minas Gerais 168.543 negros escravos, representando 26,71% da população; Rio de Janeiro e Corte 146.060 escravos, 23,4%; Bahia 147.263 escravos, ou seja, 30,8%; Pernambuco 97.633, ou seja, 26,3%; São Paulo 77.667, ou 32,6%; Ceará 55.439, ou 27,6%; Maranhão 200.000, ou 66,6%. Na Província de Goiás a percentagem de negros na população era de 42,5%, na de Mato Grosso, 38,5%, na de Alagoas, 38,3%, na do Rio Grande do Sul 30,7%.

Em 1868, havia no Brasil 742.365 negros, dos quais 723.419 eram escravos e 18.946 libertos. A distribuição era a seguinte: Minas Gerais 196.076, dos quais 191.955 eram escravos; Rio de Janeiro 171.917, dos quais 162.421 eram escravos; São Paulo 109.882, dos quais 101.927 escravos; Bahia 109.882, dos quais 76.838 escravos; Maranhão 33.898, dos quais 33.446 escravos; Sergipe 17.079, dos quais 16.875 escravos; Alagoas 15.471, dos quais 15.269 escravos; Pará 10.561, dos quais 10.535 escravos. Nessa época a grande concentração de negros estava nas Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, havia fortes núcleos nas Províncias da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Os focos de concentração negra no período histórico foram, inicialmente, Olinda e Salvador. De Salvador houve irradiação para Sergipe e de Olinda para Alagoas e Paraíba e, também, para o Maranhão. O núcleo do Maranhão, reforçado por novos elementos, vindos da África, acabou se irradiando para Belém.

A cultura de cana de açúcar criou um núcleo novo, na Baixada de Goitacases e a mineração outro, em Minas Gerais. Este último ainda em função da exploração mineira se irradiou para Goiás e Mato Grosso. Já ao findar o período colonial o núcleo mineiro iniciava sua irradiação para o vale do Paraíba, onde começava a cultura de café.

No período contemporâneo a entrada de negros como escravos, no Brasil, continuou intensa, até 1850, quando foi abolido o tráfico de escravos. Daí por diante, o número de escravos começou a decrescer, seja através da libertação, seja devido a grande mortalidade, que lavrava entre eles. A grande lavoura de café começou a reclamar mais e mais braços e os escravos foram se concentrando nas áreas cafeeiras. Inicialmente, a importação a supriu de braços, mas depois, da abolição do tráfico, esse suprimento ficou restrito ao mercado interno, tendo lugar as imigrações internas desse tipo de mão-de-obra particularmente das áreas do Centro-Oeste, e do Nordeste para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Explica-se, assim, o crescimento do número de escravos nesses Estados, acusado pela estimativa de 1868.

Em 1940 havia no Brasil 6,0 milhões de negros, numa população de 41,0 milhões.

5. CONCLUSÕES

A miscigenação entre os índios, brancos e negros ocorreu, fundamentalmente, durante o período histórico, condicionada, por contingências, que serão analisadas mais adiante.

Cumpra, porém, desde logo assinalar a atitude que tiveram os indivíduos de cada uma desses grupos étnicos, em face dos contatos físicos, que proporcionaram os elementos cruzados.

Tanto o português, como o espanhol, eram produtos de longa e permanente mistura racial, não tendo, portanto, nenhum preconceito, quanto à ligação física, com as mulheres negras e índias, particularmente, fora do casamento. Eram indivíduos de grandes miscibilidades, vigorosos e ardentes, os quais, não dispuseram de início de nenhuma mulher branca e, depois, de muito poucas. Era natural, pois, que procurassem satisfazer seus instintos sexuais com mulheres índias e negras, onde as encontrasse e o fizeram intensa e extensamente.

O comportamento do indígena em face do branco, assumiu dois aspectos básicos: submeteu-se ao seu domínio, ou contra ele se insurgiu.

A submissão resultou das imposições da cultura superior do branco, às vezes, reforçadas pelos muitos indígenas, ou da catequese. No primeiro caso o indígena logo descobriu que o branco não era o indivíduo superior, que lhe pareceu ser, de início que lhe impunha formas de vida a qual não estava habituado e procurava empregá-lo para satisfazer suas próprias necessidades, donde o conflito. Como consequência, o índio se insurgia, sendo dizimado, ou então fugia para locais inacessíveis. Os que continuaram submissos foram pouco a pouco aculturados pelo branco como servos, ou assalariados, como trabalhadores e soldados. E num ou noutro caso, não se podiam opor aos desejos sexuais dos brancos.

Os que foram submetidos pela catequese receberam tratamento mais humano, sendo absorvidos pela cultura europeia e incorporados à sociedade, que se foi criando, notadamente no Equador, na Bolívia, no Peru, cruzando com os brancos e dando lugar à maioria dos mestiços.

Os índios que não se submeteram, não se miscigenaram com o branco, seja porque foram mortos, seja porque se refugiaram em locais onde não podiam ir. Permaneceram inicialmente puros.

Os negros eram escravos e, portanto, nenhuma resistência poderiam oferecer aos brancos. Quanto à miscigenação com os índios ela foi esporádica e fruto do ambiente social, no qual os representantes dessas raças foram colocados, notadamente nas atividades econômicas.

A maioria dos índios, que não se submeteu e se refugiou em locais inacessíveis lá permaneceu durante todo o período da colonização e se conservou puro; sendo depois gradativamente absorvida pelas sociedades dos países, em que viviam, como aconteceu na Bolívia, no Peru e no Equador.

No período contemporâneo o efetivo de brancos aumentou muito, incluindo o de mulheres. Além disso os tipos cruzados já eram numerosos e ofereciam mais atrativos físicos do que os tipos originais. Os contingentes europeus entrados com a imigração notadamente os nórdicos e os eslavos, não tinham nenhum pendor para miscigenação com negros e índios e procuravam mesmo suas ligações no quadro de seu próprio grupo.

Desse modo a miscigenação entre índios e brancos foi nula, pela falta mesmo de mulheres indígenas nas áreas já ocupadas e colonizadas e muito pequena com as negras. Ela continuou se operando intensamente entre os brancos e os tipos já cruzados, concorrendo fundamentalmente para o branqueamento dos tipos pardos.

b) ELEMENTOS GEOGRÁFICOS

O Continente Sul-Americano estava, relativamente, isolado, pela distância, do mundo conhecido, no fim do século XV, e separado das terras, então povoadas por dois Oceanos: o Atlântico e o Pacífico. Entretanto, era mais acessível a movimentos provindos da Europa ou da África, do que da Ásia e da Austrália. Contribuíam para esse fato as distâncias menores a percorrer e a feição dos ventos e das correntes marítimas propícios à navegação na direção SW, conduzindo da península ibérica à costa NE. e N. do Continente. Essas características da posição propiciavam, pois, a abordagem do Continente por europeus, notadamente na costa NE e N.

Por outro lado, os quatro quintos da América do Sul tem uma média anual da temperatura superior a 20°, passando o Equador térmico na altura do Vale Amazônico. É, juntamente, com a África, o Continente mais quente do globo. Três quartas partes de suas terras recebem, também, mais de um metro de chuva por ano e a associação calor-umidade se verifica em vastos espaços da planície do Amazonas, no litoral das Guianas e na costa do Pacífico ao norte de Guaiáquil.

O clima, com essas características, condiciona fortemente a ocupação humana, pois, o homem sofre os efeitos do calor úmido, seja diretamente pela ação que exerce sobre o organismo, seja indiretamente, pelas condições favoráveis que propicia a certos desenvolvimentos microbianos. O calor reduz a secreção gástrica e diminui as possibilidades de defesa do organismo. Favorece, também, o desenvolvimento de moléstias infecciosas, à proliferação de insetos vetores, a proliferação de parasitas etc. A incidência da gastroenterocolite, das dermatoses etc. nos países tropicais corrobora essa premissa.

Os efeitos desse tipo de clima são maléficis aos europeus, e em geral, aos habitantes de áreas de climas temperados e mais secos. Acresce a circulação periférica, aumenta a transpiração, superexcita o metabolismo, provoca destruição do protoplasma, gerando desequilíbrios físicos e mentais.

Esse tipo de clima está, normalmente, associado a uma vegetação, também, hostil ao homem: a floresta. A floresta é monótona e enervante. É mais intransponível do que a cadeia de montanha. Não que ofereça grandes perigos, mas pelos pequenos, permanentes e esgotantes incômodos, que causa. São os espinhos, as linhas, os insetos, as formigas, que dilaceram e picam o corpo e fatigam, até a exaustão, os nervos. Presente a floresta repele a ocupação humana; vizinha ameaça e isola os núcleos humanos.

Mas não são somente o clima e a floresta que repelem a ocupação humana. O deserto, também, não a favorece. E estão nesse caso as zonas costeiras do Pacífico, da ponta de Aguaja a Bahía Blanca, abrangendo a costa peruana e a do norte do Chile, os altos páramos andinos, que separam a Bolívia de NW da Argentina, o pampa vizinho ao rio Colorado e o NE da Patagônia.

Um outro limite climático condiciona a ocupação humana: as baixas temperaturas. E essas aparecem tanto em função da latitude, como devido a associação desta com as grandes altitudes. Estão nesse caso a ponta sul patagônica e os altos planaltos andinos a mais de 4.000 metros.

O relevo é para o clima, predominante no Continente, importante corretivo: torna temperadas e mesmo frias zonas equatoriais na vertente do Pacífico. A muralha da cordilheira barrando as influências do Pacífico, as altas bacias de fundo plano, suficientemente irrigadas, cheias muitas vezes de sedimentos de origem vulcânica se tornaram por isso particularmente atrativas à ocupação humana. A Leste, no erosivo e gasto planalto brasileiro, as condições já não eram tão favoráveis, pois a altitude pouco influi na temperatura. Além disso há a considerar a escarpa do planalto, agressiva na parte central e coberta por densa vegetação, que tornam difícil e ocupação da costa e mais ainda a penetração para o interior.

A ação combinada do clima e do relevo, permite mesmo traçar uma linha delimitando as faixas com condições favoráveis à ocupação do Continente, tendo em vista as vertentes do Pacífico e do Atlântico. Nos Andes setentrionais e centrais, a existência de altos planaltos, que a situação combinada da latitude e altitude tornou sumamente habitáveis, e a proximidade do Oceano, acessíveis, atrairiam o povoamento enquanto a planície equatorial quente e úmida, coberta pela floresta o repeliria, confinando a parte leste do planalto brasileiro. Foi possível pois a existência de um vazio no centro do continente, ladeado por duas zonas de povoamento nos Andes setentrionais e centrais a oeste e o planalto brasileiro a Leste.

Nos Andes meridionais a altitude agravaria os efeitos da latitude, fazendo da montanha uma zona pouco favorável ao povoamento, enquanto a planície platina a Leste, situada em área subtropical e coberta por uma vegetação pouco agressiva o atrairia. A montanha agressiva e hostil, funcionaria, então, como vazio demográfico, ladeada por uma estreita área costeira na vertente no Pacífico, favorável ao povoamento, e uma extensa região plana, sumamente habitável do lado do Atlântico.

Essas condições geográficas teriam profunda influência no povoamento da América do Sul e, conseqüentemente, nas possibilidades de contato físico entre os “stocks” originais e outros que a conquistaram, ou para ela vieram como força de trabalho.

Antes mesmo da descoberta essas condições geográficas condicionaram a ocupação. De um modo geral os efetivos demográficos Indígenas nos altos planaltos dos Andes setentrionais e centrais eram muito maiores, do que aqueles que se fixaram nas áreas costeiras adjacentes, na vertente no Pacífico. Nos Andes meridionais os altos páramos andinos estavam despovoados, restringindo-se o povoamento ao amplo vale central andino e às áreas mais baixas da cordilheira. Na vertente do Atlântico, o povoamento original se adensara na faixa costeira do Prata ao Atrato, sendo rarefeito e sumamente ajustável nas planícies do Orenoco, do Amazonas, do Prata e na Patagônia.

Os indígenas do planalto andino se tinham adaptado bem às condições do meio: o aumento de volume da caixa torácica lhe permitiu suportar a rarefação do ar, enquanto o acréscimo do trabalho cardiovascular, a diminuição da circulação pulmonar reduziam a despesa calórica; as funções sexuais não sofreram alteração e permaneceram elevadas. Nas outras áreas, mesmo nas mais inóspitas o índio se tinha aclimatado, também, mas revelava grande mobilidade e inquietude como se buscasse constantemente melhores condições de ambiente.

O colonizador branco, vindo de uma área de clima subtropical teria dificuldades de adaptação, mas estava em melhores condições de fazê-lo, do que outros povos europeus. Evitaria as áreas de climas quente e úmido, preferindo outras de climas menos agressivos no planalto brasileiro, nos Andes Setentrionais e Centrais, no vale chileno e na planície platina. Sua repartição, entretanto, ficaria condicionada pelos objetivos que o traziam ao Continente: o lucro e o proselitismo.

O negro, entrando na América pela porta da escravidão, tinha poucas possibilidades de escolha. Entretanto, representava um capital, que era preciso preservar e render. Seu senhor empregá-lo-ia, pois, em áreas, que favorecessem o rendimento de seu trabalho e possuíssem condições, que permitissem a boa aclimação deles. Vindos de áreas de climas quentes e úmidos se adaptariam melhor às planícies equatoriais e as áreas pouco elevadas da cordilheira, onde a regularização térmica de seus organismos se fariam em melhores condições, propiciando-lhes sono mais reparador. Seu senhor evitaria, pois, empregá-lo nos altos planaltos andinos e nas altas latitudes da parte meridional do Continente.

A grande extensão do Continente não poderia ser ocupada pelos colonizadores, em sua totalidade, e imporia mesmo, aliados a outros elementos fisiográficos, tipos diferentes de povoamento, e isolaria os núcleos humanos pelas distâncias. Propiciaria, pois, a existência de imensos vazios demográficos, onde se poderiam refugiar os índios, repelidos pela rudeza do branco, ou os negros fugidos ao cativo.

De um modo geral, poderia, pois, limitar os contatos entre os stocks raciais, atuando como elemento freador da intensidade da miscigenação.

Os elementos hidrográficos, notadamente os rios, poderiam funcionar como elementos fixadores de

povoamento, via de penetração para o interior ou de ligação entre núcleos humanos isolados.

Os pequenos rios costeiros, notadamente, na costa desértica do Peru, atrairiam o povoamento, e nodulariam em núcleos compactos, facilitando os contatos entre os elementos dos stocks raciais diferentes. Os grandes rios, modelando extensas bacias hidrográficas, como a do Amazonas e a do Prata, serviriam, inicialmente, de penetrantes para o interior do continente, depois de fixadoras do povoamento nos locais mais favoráveis e por fim ligariam permanentemente os núcleos humanos sedentarizados, ou mesmo seminômades que se criassem no interior do Continente. De qualquer forma favoreceriam à miscigenação, levando os brancos e os negros aos contatos com os índios, que viviam no interior do país, fixando-os em núcleos de catequese, ou de atividade econômica, e permitindo depois permanente ligação entre eles.

Do que foi exposto se poderá concluir que:

A costa norte e nordeste do Continente, onde radicaram numerosos contingentes indígenas, seriam as áreas mais acessíveis ao conquistador português e espanhol e aos negros, que viriam posteriormente, seja das Antilhas seja da África, e nela se operariam os primeiros contatos, inicialmente, entre índios e brancos, e depois entre os dois primeiros, seus descendentes e os negros. Nessa área se poderiam dar, pois, contatos raciais de grande intensidade entre os três grupos étnicos originais.

A extensão do Continente, aliada à associação do clima-relevo-floresta tornariam, particularmente, atrativos ao povoamento parte da área costeira da Venezuela e da Colômbia, os Andes, setentrionais e centrais, o vale central chileno, a planície pampeana do Prata a área costeira do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte e poderia repeli-lo em áreas das bacias do Amazonas e do Prata, da costa do Pacífico até a proximidade de Guaiacuil, dos Andes meridionais, das áreas desérticas da ponta de Aguaja a Baía Blanca na costa peruana e norte do Chile nos altos páramos andinos, que separam a Bolívia do NW argentino, no pampa vizinho ao rio Colorado e NE da Patagônia, bem como de regiões permanentemente geladas na cordilheira andina e na ponta sul do Continente. Por outro lado, essas áreas pouco favoráveis ao povoamento, menos aquelas extremamente hostis, poderiam servir de refúgio aos grupos indígenas, que fugissem ao contato com o branco, ou aos negros evadidos das senzalas, propiciando lhes esconderijo seguro e tranquilo. As áreas do vale central chileno, do pampa argentino-uruguaio brasileiro, bem como às da parte sul do planalto brasileiro, a partir do paralelo de Belo Horizonte propiciariam boas condições à aclimação de europeus, mesmo os provindos de climas temperados, podendo ser escolhidas para a instalação desses imigrantes.

A opulenta hidrografia da Bacia do Amazonas e da Bacia do Prata poderia propiciar um povoamento disperso filiforme, ao longo dos rios, cobrindo grande extensão da área de florestas equatoriais do norte e da região de savanas e floresta tropicais do centro do continente, notadamente, a base índios, brancos e pardos, além de instalação de grande número de Reduções, ou de Missões religiosas, onde os índios catequizados ficariam isolados não só do contato com outros elementos de stocks raciais diferentes, como em alguns casos com outros grupos indígenas.

Os brancos só podiam ser limitados na ocupação do continente por condições de clima, de cobertura vegetal e de relevo, extremamente desfavoráveis. Entretanto, as zonas de maior adensamento, no período histórico, coincidiram com as mais favoráveis ao povoamento, ou seja a área montanhosa da costa da Venezuela e da Colômbia, nos Andes setentrionais e centrais o vale central chileno, a região do estuário platino, a faixa costeira de São Vicente a Olinda, em torno do golfo maranhense e margem sul do estuário do Amazonas. Nas outras áreas o povoamento branco foi extremamente rarefeito.

Os negros, se bem que de início tenham sido encaminhados para áreas de grande altitude, Cordilheira andina, foram, logo, de lá retirados e enviados a outras mais favoráveis ao rendimento de seu trabalho e prolongamento de suas vidas. Os maiores adensamentos de negros foram inicialmente os da área costeira do Atlântico do Rio de Janeiro a São Luís e, posteriormente, os da área central de Minas Gerais, os da região costeira da Guiana Holandesa, da Venezuela e da Colômbia, da costa do Pacífico da Província de Esmeraldas a Pisco, com contingentes, apreciáveis em Guaiacuil e Lima.

Os movimentos de população no período contemporâneo não alteraram grandemente, esta distribuição nem o quadro geral da intensidade da miscigenação a não ser no sentido de branqueamento dos tipos pardos.

C) FATOR ECONÔMICO

As influências dos elementos econômicos na miscigenação estão ligadas às formas de exploração dos recursos econômicos e à força de trabalho empregada.

As primeiras condicionam, particularmente, a frequência, a intensidade e a amplitude dos contatos, pelas oportunidades permanentes, ou esporádicas, que lhes oferece e a segunda influi, fundamentalmente, na intensidade deles pelo efetivo dos *stocks* raciais, que a compõem, e na sua extensão pelas limitações, que poderá impor a determinado tipo de mão de obra.

Sendo assim, verifica-se que nas atividades sedentárias, como a agrícola, a mineradora, em grande número de ocupações urbanas, os *stocks* raciais em presença permanecem fixos por largos períodos em áreas determinadas, se misturam com mais facilidade, criando-se inúmeras oportunidades para os contatos íntimos entre os indivíduos de sexos diferentes e, conseqüentemente, para uma intensa miscigenação entre eles, seja pela via do casamento, seja pela do concubinato. Nas atividades nômades, ou seminômades, como a coleta na floresta, a preia do índio ou de gado, a pesquisa de metais preciosos, a criação extensiva de gado, os indivíduos componentes da força de trabalho se acham frequentemente separados, as

oportunidades de contatos são menores e o cruzamento entre indivíduos de sexos diferentes se torna esporádico e aleatório. Por outro lado essas atividades são pouco rentáveis e não podem utilizar uma mão-de-obra cara, como a escrava por exemplo, pois não tem condições para custeá-la em condições econômicas vantajosas, limitando por isso a presença desses trabalhadores nas áreas, em que se realizam, como repercussões na composição e na intensidade dos contatos físicos.

Examinando a miscigenação na América do Sul, tendo em vista esses condicionamentos, poderemos discernir a influência, que nela exerceram elementos econômicos no período histórico e no contemporâneo.

No período da formação dos países sul-americanos havia na costa da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Peru uma extensa atividade agrícola, desenvolvida em grandes fazendas, empregando como mão-de-obra o índio “*ecomariado*” e, principalmente, o negro escravo. Os efetivos brancos eram elementos de direção, ou de enquadramento da atividade econômica, e por isso reduzido. A vida sedentarizada, a intimidade das senzalas e dos solares senhoriais proporcionou oportunidades numerosas e frequentes para os encontros físicos de brancos, negros e índios, notadamente, dos dois primeiros, resultando numa miscigenação intensa pela frequência dos contatos e extensa pelos grupos diferentes que nela entraram. Desse cruzamento resultou um grande número de mulatos e menor de mestiços e quase nenhum de zambos. No Vale Central andino desenvolveu-se, também, grande atividade agrícola, mas a mão-de-obra nela empregada foi de brancos, ou de indivíduos já cruzados, uma vez que o negro não se adaptou às condições, para ele hostis, no meio físico e o índio não se submeteu às imposições de colonizador, tornando-se um elemento perturbador do trabalho desenvolvido nessa área.

No Paraguai, havia intensa atividade agrícola na área Assunção-Vila Rica-Concepción, em grandes fazendas e nas Reduções Jesuíticas. Nas primeiras, a mão-de-obra empregada foi a do índio “*ecomariado*”, resultando num intenso cruzamento com o branco, na maioria das vezes através do casamento. Nas Reduções, o índio estava segregado de qualquer contato, mesmo com outros índios, e não teve oportunidade para cruzar-se com indivíduo de outra raça, sendo, apenas, preservado e até acrescido o “*stock*” indígena primitivo.

Em torno de Buenos Aires, nas áreas de Córdoba, Tucumán e Mendoza se desenvolveu, também, alguma atividade agrícola. Nela a mão-de-obra empregada foi a do indígena “*ecomariado*”, embora houvesse certo número de escravos negros nas áreas açucareiras do Tucumán e nos vinhedos da região de Mendoza.

Na área costeira do Brasil, desde a Baixada de Goitacazes até Belém, se desenvolveu importante atividade agrícola baseada na produção de açúcar. Foi uma atividade permanente em todo o período colonial e empregou um grande efetivo de mão-de-obra escrava e índia, além de grande número de brancos, seja no enquadramento da atividade básica, seja na produção de subsistência, de algodão e de fumo. O maior adensamento se verificou na área de São Salvador à Paraíba, de forma quase contínua, mas havia, também, núcleos açucareiros ponderáveis em torno do golfo maranhense, de Belém e na Baixada de Goitacases. Nessas áreas operou-se durante quase trezentos anos, um intenso e amplo cruzamento, entre brancos, índios e negros, sendo importantes os contingentes de mulatos e mamelucos dele resultante e menor o de cafuso.

A mineração atraiu e fixou importantes contingentes de brancos e índios, em torno das minas de Bogotá, Quito, Huancavélica, Cuzco e Potosí, geralmente, situadas a mais de 3.500 metros de altitude nos Andes setentrionais e centrais. Nessas altitudes, apesar da latitude tropical e equatorial, o negro não encontrou ambiente para trabalhar. As baixas temperaturas e as pressões características dessas áreas, aliada ao rude esforço, exigido pela mineração da prata, do ouro e do mercúrio levavam o trabalhador negro à morte prematura e a um baixo rendimento no trabalho. Foi necessário empregar, então, o indígena, em número cada vez maior, inicialmente, da própria região e, mais tarde, recrutado, em outras, pelo “*Rapartimiento*” e a “*Mita*”. Assim sendo, enquanto nas áreas mineiras concentravam-se enormes contingentes de “*mitaios*”, Os negros eram delas retirados e empregados em atividades agrícolas, ou pastoris, nas áreas costeiras do Peru, do Equador, do vale do Madalena e de Tucumán. Resultou, então, que o cruzamento nas áreas mineiras da América Espanhola foi, essencialmente, entre brancos e índios, resultando em grande contingente de mestiço. Mas apesar da intensidade do cruzamento, uma vez que a mulher branca não esteve em número ponderável nessas áreas restou um grande efetivo de índios puros, que não teve oportunidade para cruzar-se e representava o grupo mais numeroso da população.

Na América Portuguesa a mineração na região central de Minas Gerais, na Chapada Diamantina, foi realizada por brancos e negros. Os brancos tiveram seu efetivo demográfico rapidamente acrescido, com as imigrações internas e externas e os negros foram deslocados, em grande número da área açucareira do Nordeste para à região mineira e, também, importados, em larga escala, da África. Reuniram-se, pois, em torno das catas, grandes efetivos negros e de brancos, donde resultou um grande contingente de mulatos. Nas áreas mineiras de Mato Grosso e Goiás ocorreu fenômeno semelhante, mas aí entrou, também, o indígena, recrutado no próprio local, dadas as imensas dificuldades para levar grandes efetivos de escravos do litoral às áreas, onde se localizavam as catas. Nessas regiões houve, portanto, cruzamento de branco com o negro, mas ele foi bem mais intenso, com o índio, uma vez que esse representou o maior efetivo presente no trabalho mineiro.

Nas grandes cidades coloniais como Caracas, Cartagena, Santa Marta, Panamá, Guaiaquil, Lima, Córdoba, Assunção, Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Salvador, Recife e Olinda era grande o efetivo de brancos e negros. Os primeiros eram funcionários da administração colonial, comerciantes e fazendeiros e os segundos empregados domésticos e “*escravos do ganho*”, exercendo atividades assalariadas por conta dos respectivos senhores. Realizou-se, pois, nesses centros urbanos intensa miscigenação, entre brancos e negros, resultando no mulato. Os índios estiveram quase ausentes dos centros urbanos, onde se sentiam marginalizados, sendo pois pequeno o número de mestiços resultante da miscigenação com o branco.

As atividades coletoras deram na América Portuguesa oportunidade para os primeiros contatos entre brancos e índios na faixa costeira, logo após o descobrimento. Mais tarde, proporcionou, também, contato entre os índios e os brancos na bacia do rio Amazonas, onde a coleta das “drogas do sertão” só podia ser feita, em grande escala, pelo índio, dada a hostilidade da floresta. O negro, tanto num, como noutro caso, esteve ausente, não havendo, pois, oportunidades para contatos entre brancos e negros.

Na preia de gado, realizada, essencialmente, no pampa platino e nos “llanos” do Orenoco, houve oportunidade para contatos físicos de branco com o índio, resultante no mestiço, que acabou predominando na demografia dessa área. Na criação extensiva de gado, a mão-de-obra empregada, foi também, o índio e o mameluco ou mestiço, uma vez que essa atividade, pela sua natureza e pouca rentabilidade, não admitia o emprego de mão-de-obra escrava em grande escala. Nas áreas onde se praticou essa atividade, como no Nordeste brasileiro, planaltos do Paraná e de Santa Catarina, e, mais tarde, em Mato Grosso e Goiás, o tipo cruzado predominante foi o mestiço, vindo de outras regiões ou nelas nascidos, como resultado do encontro dos brancos e índios, absorvidos por ela.

Durante a fase de pesquisa do ouro, houve, também, oportunidade para os contatos de índios e brancos, notadamente, na América Portuguesa, onde durou quase duzentos anos.

Os negros estiveram presentes em muito pequena escala, tanto nas fazendas de criar, como empregados domésticos como nas Bandeiras, mas seus cruzamentos com os brancos foram pouco numerosos e não afetaram o quadro geral da miscigenação nas áreas de criação ou nas perlustradas pelas Bandeiras paulistas.

Depois da independência, o afluxo de escravos negros na América Portuguesa continuou volumoso, até 1850, quando o tráfico, foi realmente, abolido, mas cessou na América Espanhola, uma vez que os países Hispano-Sul-Americanos foram, sucessivamente, libertando seus escravos, a partir de 1810.

Na América Portuguesa continuou o afluxo para as áreas açucareiras do Nordeste, mas com a progressiva extinção da lavra de metais preciosos os grupos de escravos nela empregados foram sendo deslocados para a lavoura do café, implantada em larga escala, inicialmente, no vale do rio Paraíba do Sul e, depois, na Província de São Paulo. Mas num, ou noutro caso, a miscigenação de branco com o negro foi caindo de intensidade uma vez que crescera muito o número de mulheres brancas e surgiram tipos femininos cruzados muito mais atraentes do que os das raças negra ou índia. Com a Abolição da escravatura, grande parte da massa escrava permaneceu nos seus locais de trabalho, como trabalhadores assalariados e outra se deslocou para os centros urbanos, onde foi engrossar o grupo dos marginalizados pela falta de emprego, ou de aptidão para as ocupações que lhes eram oferecidas. Num, ou noutro caso, o panorama não se alterou substancialmente no que respeita à miscigenação.

Na América Espanhola os escravos libertados pereceram em grande número na Guerra da Independência e os que sobreviveram foram se radicar nas cidades, onde poucas oportunidades tiveram para se miscigenar com os brancos.

O grande contingente de imigrantes, que afluíu à América, a partir de 1850, pouco alterou o quadro da miscigenação original, embora tivesse influído, consideravelmente, na composição do efetivo demográfico. A maioria desses imigrantes se fixou no campo, mas o fez em Colônias Agrícolas, mais ou menos fechadas, aos nacionais, dos países que os receberam. Esse fato, aliado aos pruridos racistas de alguns grupos, fê-los procurar ligações físicas nos quadros de seu próprio grupo, preservando-se na maioria dos casos sua origem racial. Excetua-se os portugueses e espanhóis e, até certo ponto os italianos, que na maioria das vezes se uniram a mulheres do país para onde imigraram, embora o fizessem, preferentemente, com brancas, ou com tipos mulatos. Os imigrantes, que se fixaram nos centros urbanos se foram misturando, naturalmente, com os naturais dos países; onde se fixaram, e se miscigenaram na maioria das vezes, com brancas, ou mulatas. Os índios, refugiados em áreas pouco acessíveis, ou confinados em Missões Religiosas, ou áreas privativas deles, não tiveram oportunidades para influir na miscigenação nesse período.

A principal contribuição dos imigrantes foi no acréscimo do efetivo branco da população do país e no branqueamento da população parda das áreas em que se fixaram.

Como conclusão do que foi exposto poderemos alinhar as seguintes conclusões:

- Nas áreas costeiras da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Peru, verificou-se no período da formação intensa miscigenação, entre brancos, negros e índios, resultando num grande efetivo de pardos, em que predominou o mulato e num grande contingente de negros puros. Nos centros urbanos dessas áreas predominou ainda, o mulato, como tipo cruzado, e o branco como tipo étnico original. Esse quadro pouco se alterou depois da independência, havendo, apenas, a assinalar o crescimento da população branca, notadamente em Caracas, Lima e Guaiquil.

- Na área costeira do Brasil, do Rio de Janeiro a João Pessoa se operou intensa miscigenação entre brancos, negros e índios, predominando no cruzamento o mulato e no efetivo original o negro. Igual panorama se verificou na Baixa de Goitacazes, em torno de São Luís e Belém. No interior de Minas Gerais e, mais tarde, no vale do Paraíba e em São Paulo, houve, também, intensa miscigenação, entre brancos e negros, com predominância do mulato, no grupo pardo e de negro no “stock” original. Com a Abolição e a entrada de imigrantes no Estado de São Paulo o efetivo branco foi ali grandemente acrescido, enquanto o de negro decresceu, rapidamente.

A situação continuou, porém, sensivelmente a mesma nos Estados, de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, tendo crescido, consideravelmente, a população negra radicada nas cidades.

- Nas regiões andinas da Colômbia, do Equador, do Peru e da Bolívia a miscigenação foi intensa entre brancos

e índios, predominando como tipo cruzado o mestiço e no efetivo original o índio. Apesar dos acréscimos de população branca ocorridos posteriormente, a situação não se alterou substancialmente continuando, quase a mesma até os dias atuais.

- Nos “llanos” do Orenoco, e cruzamento se operou entre brancos e índios, mas de pequena intensidade, dado o pequeno efetivo tanto de um, como de outro grupo, em presença, predominando como tipo cruzado o mestiço. No pampa platino o cruzamento inicial foi entre brancos e índios, produzindo o mestiço. Mas esse quadro foi amplamente modificado, com a colonização empreendida nessa área com o imigrante estrangeiro, que elevou rapidamente, o efetivo branco, superando, inteiramente o mestiço, particularmente, nas Províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, no Uruguai e no Rio Grande do Sul.

- No interior do Nordeste brasileiro o cruzamento foi bastante intenso, entre brancos e índios, predominando o mameluco, como tipo cruzado, e o branco como representante dos grupos étnicos originais. Esse quadro não foi alterado, permanecendo, até nossos dias.

Na região Centro Oeste, houve intenso cruzamento, entre brancos, índios e negros predominando o cafuso como tipo pardo e o índio, como tipo étnico original. Esse quadro se alterou; sendo de assinalar o crescimento do efetivo branco proveniente de imigrações internas e a progressiva diminuição de efetivo indígena, que refluíu para pontos poucos acessíveis do território.

No Paraguai houve intensa miscigenação de brancos e índios nas áreas agrícolas, com predominância de mestiço, enquanto eram preservados, nas Reduções Jesuíticas, importantes efetivos de índios puros. Com a expulsão dos Jesuítas, a maioria dos índios catequizados nas Reduções se deslocou para as áreas agrícolas, pastoris, e até mesmo, para os centros urbanos, crescendo rapidamente o efetivo indígena e lhe dando predominância no quadro geral da demografia desse país. Entretanto, essa massa indígena foi rápida e progressivamente sendo absorvida, resultando na ampla predominância, atual, do grupo mestiço.

Na área amazônica o cruzamento foi entre brancos e índios, no interior, e entre brancos e negros na área litorânea, até o golfo maranhense. Resultou, então, na predominância do mestiço, no interior, e do mulato, no litoral. As imigrações internas, ocorridas, posteriormente, apenas reforçaram o grupo mameluco e muito pouco o grupo branco, permanecendo quase a mesma situação, do período colonial.

d) FATOR POLÍTICO

No período histórico o pleno domínio e a situação privilegiada do branco sobre os índios e os negros anulavam qualquer resistência da mulher dessas raças ao contato físico com ele. Por outro lado, tanto a Coroa portuguesa como a espanhola não criaram dificuldades, antes incentivaram a miscigenação; se bem que na América Espanhola houvesse reflexos desfavoráveis a essas ligações decorrentes do sistema de castas.

Na América Espanhola houve, também, limitações e rigorosa fiscalização quanto à entrada na Colônia de elementos brancos, considerados herejes ou súditos de potências inimigas, durante os dois primeiros séculos da colonização, resultando disso pouco incremento no crescimento da população branca. Após a ascensão dos Borbons essas limitações foram atenuadas, notadamente, quanto aos franceses, incrementando-se, assim, a entrada de brancos na Colônia.

A imigração estimulada e dirigida para a América do Sul começou, realmente, após a independência.

No Brasil a imigração começou com D. João VI, Em 1818, foi assinado contrato com Nicholas Gáchet para a da de dois mil suíços, os quais deram origem à Nova Friburgo. Em 1824, D. Pedro I permitiu a vinda de alemães para o Brasil, os quais se fixaram em São Leopoldo. Outras tentativas se fizeram, encaminhando-se os estrangeiros para áreas abandonadas, onde ficaram isolados em relação a outras populações brasileiras, iniciando-se assim a criação dos chamados “quistos raciais” no Brasil.

Com o Ato Adicional de 1834 o problema foi entregue às Províncias. Como não tinham recursos para fomentarem a imigração, a solução não apresentou resultados favoráveis. No Governo de D. Pedro II a Coroa resolveu ajudar as Províncias, nascendo então as Colônias de Petrópolis, Blumenau, Brusque, Santa Cruz do Sul e outras. Inaugurou-se, também, em 1883 a Hospedaria da Ilha das Flores. Em todas essas iniciativas empregou-se o processo de fixar os imigrantes em Colônias quase isoladas, dificultando seus contatos com brasileiros e levando-os a se organizar no Brasil, como viviam na Europa, preservando costumes, línguas, tradições etc, dificultando, pois, a miscigenação deles com nacionais.

O Senador Vergueiro, em sua Fazenda de Ibicaba, em São Paulo, providenciou a vinda de imigrantes europeus para nela trabalharem, empregando-os em conjunto com os escravos e outros trabalhadores nacionais. A iniciativa aceita, inicialmente, com agrado, logo se revelou ineficaz, pois os trabalhadores brancos se recusavam a trabalhar no lado de escravos, passaram a exigir maior participação na produção e acabaram por se rebelar, criando problemas de ordem internacional.

Depois da extinção da escravatura foi grandemente incrementada a corrente de imigrantes para o Brasil. Ela foi dirigida, sobretudo, para os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em face da suavidade do clima, da fertilidade dos solos, pequeno índice de população negra, existência de núcleos colônias mais antigos, que facilitavam a adaptação dos imigrantes novos. Perseverou-se no emprego das Colônias agrícolas, ficando os imigrantes, isolados quanto aos contatos com os nacionais.

Em 1907 começaram a entrar no Brasil os japoneses, causando grandes discussões. Como agricultores, dizia-se, não eram muito competentes, e quanto à miscigenação eram difíceis os contatos, dadas as diferenças de língua, de religião e

até de mentalidade política. Fixaram-se, também, em Colônias, mais ou menos fechadas, principalmente no Estado de São Paulo e pouco se tem miscigenado com brasileiros.

Em 1921 e 1924 o Governo Federal com dois importantes decretos assumiu o pleno controle da imigração. Iniciou-se a fase do planejamento, com estudos prévios do problema, visando a selecionar os elementos, que convinhassem ao desenvolvimento brasileiro em todos os seus aspectos.

As Constituições de 1934 e 1937 inauguraram o sistema de quotas fixando-as num limite máximo de 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade, recebida nos últimos 50 anos. O sistema mostrou-se inoperante e até mesmo contrário ao interesse do país, uma vez que os limites eram fixados de modo aleatório por falta de estudos completos sobre o assunto, ou contemplavam com quotas volumosas imigrantes discutíveis.

Finalmente a Constituição de 1946 deixou a cargo do Congresso a legislação sobre o assunto.

A política imigratória na Argentina se iniciou com Rivadávia, em 1812. Já em 1813, a Assembleia autorizou a venda de terras públicas e mais tarde a doação das mesmas. Em 1820 Rivadávia apresentou o projeto de enfiteuse, que foi aperfeiçoado pela Lei de 1826. A terra pública era arrendada a longo prazo, persistindo esse sistema até a época de Rosas, em que a terra começou a ser distribuída entre militares e soldados.

Entretanto, era estimulada a iniciativa privada, visando a colonizar as terras das Províncias de Santa Fé e Entre Rios com europeus. Em 1855 chegaram 160 famílias europeias de Dunquerque, que foram encaminhadas para Misiones. Uma empresa de Aaron Castellanos fundou a Colônia de Esperanza, em Santa Fé. Em Entre Rios se fundaram a Colônia de Las Conchas e depois a de São José (1857).

O desenvolvimento das estradas de ferro, o maior conhecimento do país na Europa e a progressiva estabilidade política, que foi adquirindo, favoreceram a imigração. Em 1889 anotou-se o saldo mais elevado, ou seja, 220.260 imigrantes.

Entre 1890 e 1903 houve um decréscimo no surto imigratório, caindo o saldo de imigrantes a 30.375, em 1901. Mas já no período de 1904 a 1914 o saldo positivo foi de 1,5 milhão de imigrantes na maioria italianos, espanhóis, franceses, britânicos. Nos anos de guerra (1914-1918) não houve a imigração de nacionais dos países beligerantes, havendo ao contrário a saída de estrangeiros, que se foram incorporar aos Exércitos em luta. Terminada a guerra se reiniciou o fluxo imigratório, embora mais moderado, decaindo, sensivelmente, no período de 1924 e 1846.

Em 1947 se registrou um saldo volumoso na imigração, o qual se prolongou até 1951.

A política imigratória está definida no texto da Constituição, em que se declara no artigo 17 que o “Governo Federal fomentará a imigração europeia e não poderá restringir, limitar, ou gravar com imposto algum a entrada em território argentino de estrangeiro, que traga com objetivo lavrar a terra, melhorar as indústrias e aperfeiçoar as artes e as ciências”. Por outro lado a Lei 817 concede ao estrangeiro facilidades de entrada e para se adaptar ao novo meio. Entretanto o Decreto de 26 de novembro de 1933 vedou aos agentes consulares expedir vistos de entrada aos “imigrantes que não pro vem ter assegurado na Argentina um destino, emprego ou ocupação que lhe assegure a subsistência”.

O Governo, ultimamente, tem firmado convênios com a Itália e Espanha favorecendo a entrada de trabalhadores contratados, de estrangeiros que já tenham família radicada na Argentina e outros casos especiais.

No Uruguai a imigração tem sido, também, estimulada, concedendo aos estrangeiros igualdade de direitos com os nacionais, bem como várias vantagens e franquias econômicas, sendo pouco fregitentes e isoladas as tentativas para impor critérios restritivos à entrada de estrangeiros no país. A primeira Lei de imigração projetada por Jaime Estrázulas data de 1853, e concedia várias vantagens a famílias agrícolas imigrantes. Em 1880, no Governo Vidal uma nova Lei autorizava o fomento à agricultura, por meio de empresas de colonização, ou estimulando a iniciativa privada. Em 1890, se manifestou a intervenção do Estado, procurando impedir a entrada de enfermos, mendigos ou incapacitados para o trabalho. Criava-se também a Oficina de Trabajo, que se devia encarregar da colocação dos imigrantes.

Em 1852, D. Juan Ramon Gomez fundou a Sociedade Protetora de Imigrantes e o Dr. Lagos fundou em 1858 a Colônia Piemontesa, estabelecendo-se, pouco tempo depois, a Colônia Suíça.

O censo de 1900 acusou a presença de 97.415 estrangeiros numa população de 647.313 habitantes. Os estrangeiros estavam assim repartidos: italianos 26.297, espanhóis 25.220, brasileiros 26.698, argentinos 9.871, franceses 4.521.

No Chile não há uma legislação específica sobre imigração. Entre tanto as estatísticas assinalam um ponderável movimento de imigrantes dos países vizinhos como Peru, Bolívia e Argentina.

- O branco histórico não sofreu nenhuma restrição de ordem política aos seus contatos com as mulheres índias e negras. Bem ao contrário, a situação privilegiada, de que desfrutavam, colocava-as à disposição de seus instintos sexuais. Miscigenou-se, pois, com elas, largamente, sendo o responsável pelo elevado contingente de mestiços e mulatos, existentes na América do Sul, no momento da independência dos países que a constituem.

- O imigrante, porém, foi confinado de modo geral a áreas mais ou menos isoladas não tendo, portanto, muitas oportunidades para contatos físicos com mulheres, que não fossem as das suas Colônias.

Apenas os imigrantes, que se radicaram nas cidades, tiveram oportunidades mais frequentes para contatos físicos com as mulheres do país. Mas mesmo nesse caso se miscigenaram com mulheres brancas ou com pardas e não com índias ou negras. Contribuíram, assim, fundamentalmente, para aumentar o efetivo do contingente branco e o branqueamento do contingente pardo.

e) ELEMENTOS SOCIAIS

O veículo social no período histórico dos contatos físicos entre os indivíduos brancos, índios e negros foi o concubinato. Os casamentos foram esporádicos, entre brancos e índios e quase nenhum entre brancos e índios com negros. Limitou, fortemente, o casamento entre os indivíduos de raças diferentes não o preconceito de cor, mas o social, decorrente do sistema de castas, observado com rigor na América Espanhola. Na América Portuguesa, embora não houvesse o sistema de casta, o preconceito social limitou os casamentos entre indivíduos de raças diferentes, apesar de o Governo Colonial ter, às vezes, incentivado as ligações legais entre indivíduos de raças diferentes como ocorreu durante a administração de Pombal.

Na América espanhola, herdando o filho a condição social do pai e tendo o mestiço posição de algum relevo na organização de castas, houve numerosos casamentos entre brancos e índios em algumas regiões, onde ocorreram outros estímulos favoráveis. Tal aconteceu no Paraguai, em face da beleza e meiguice das mulheres indígenas, da falta absoluta de mulheres brancas e no Peru, devido à beleza das jovens incas, seus hábitos mais civilizados e a alta linhagem que tinham algumas no quadro do destruído Império incaico.

A língua geral tupi-guarani no Brasil a quíchua e a chibcha na América Espanhola facilitaram os contatos dos brancos com os índios favorecendo a miscigenação.

A ação da Igreja influiu na miscigenação, ora como elemento freador dos contatos físicos, ora oferecendo condições favoráveis a eles. Zelando, como sempre pela pureza dos costumes, a Igreja combateu rudemente o concubinato e só registrava os filhos decorrentes de ligações estáveis e legítimas. Contendo esse o veículo normal das ligações físicas entre indivíduos de raças diferentes conteve implicitamente a miscigenação entre eles. Por outro lado, catequizando o indígena, dando-lhe hábitos e costumes civilizados, procurando introduzi-lo no seio da sociedade colonial, e, portanto, aproximá-lo em boas condições dos indivíduos de outras raças, favorecia a miscigenação entre eles. Contribuía, assim, para aumentar o efetivo de indígenas aptos às ligações físicas com brancos e negros, mesmo fora do casamento, concorrendo para maior intensidade da miscigenação.

A promiscuidade dos alojamentos de trabalhadores nas grandes Encomiendas e Fazendas, a intimidade dos ambientes solarengos, a licenciosidade e frouxidão dos costumes, numa sociedade em formação, tudo isso contribuiu para ativar os contatos físicos, entre brancos, índios e negros, nas áreas agrícolas, e mineradoras e entre negros e brancos, notadamente, nas casas grandes das zonas rurais e até mesmo nos solares dos centros urbanos.

Do que foi exposto se poderá dizer, em conclusão, que de medo geral os elementos sociais influíram na intensidade e extensão dos contatos físicos entre brancos e índios e negros e na maioria das vezes criaram condições desfavoráveis para que se realizassem.

Quanto aos imigrantes, chegados no período contemporâneo, a diferença de língua, de religião, de atitude, quanto ao casamento, e até mesmo, o preconceito racial, contribuíram negativamente para um pequeno índice de nupcialidade entre eles e sul-americanos, destacando-se, nesse particular, os judeus, japoneses, eslavos e alemães. Entretanto, os imigrantes de origem latina, como os portugueses, espanhóis e italianos, casam-se, normalmente, com sul-americanas, particularmente, as brancas e as mulatas, contribuindo dessa forma para o branqueamento do tipo étnico da população continental.

II - Principais grupos étnicos sul-americanos e suas características básicas

Os principais grupos étnicos sul-americanos se formaram, basicamente, no período colonial, resultante da miscigenação entre *stocks* raciais de brancos, índios e negros, condicionada, particularmente, por fatores geográficos e econômicos. Os movimentos de população, ocorridos depois da independência dos países sul-americanos, notadamente, o proveniente da imigração de brancos europeus e amarelos asiáticos, não alterou, substancialmente, a estrutura étnica das populações do continente, existente em 1831, nem sua repartição fundamental, produzindo mais efeitos demográficos e culturais, do que étnicos, propriamente ditos. Concorreram, principalmente, para o aumento e distribuição do efetivo branco e melhoria de técnicas culturais. Do ponto de vista étnico concorreram, apenas, para o branqueamento de tipos pardos, como os mamelucos, mestiços e mulatos.

Contemporaneamente, os grupos étnicos sul-americanos podem ser apreciados da forma que se segue:

a) VENEZUELA

De acordo com os dados do recenseamento de 1960, existiam na Venezuela 7.524.000 habitantes, excluídos os índios ainda não integrados no quadro social do país.

De acordo, com o censo de 1950, para uma população de cerca de 5,0 milhões de habitantes a estrutura étnica era a seguinte: brancos 22%, negros 10%, índios 2%, pardos 66%. Dos brancos, cerca de 4% eram estrangeiros, dos quais 125.000 italianos, 106.000 espanhóis, 37.000 norte-americanos, 31.000 portugueses, 23.000 colombianos. O grosso da população venezuelana se localiza na área montanhosa da costa, do delta do Orinoco ao lago de Maracaibo, na região do lago Maracaibo e na serra de Mérida. Aí se localizam os maiores contingentes de brancos e de pardos, notadamente mulatos. Na cordilheira de Mérida se localizaram ponderáveis contingentes de mestiços e índios civilizados, entregues principalmente às atividades agrícolas. Na bacia do Orinoco, na área pastoril dos llanos, o povoamento é muito disperso. Mas aí vivem, também, numerosos contingentes de mestiços e índios puros. Os índios em estado selvagem, cujo contingente é estimado em

110.000, vivem na chamada região da Guiana, na área fronteira com o Brasil e a Guiana Holandesa. Alguns estão sendo catequizados em Missões religiosas.

O principal problema da Venezuela é o de um país rico, cuja preocupação atual é a de colocar essa riqueza ao serviço do bem estar e da prosperidade de seu povo, não sacrificando o futuro, por um presente que poderá ser passageiro. É também no plano humano e cultural, preservar os valores tradicionais de sua cultura, representada pela Espanha e pela França, em face da ameaça da técnica avassaladora, da mecanização, do materialismo; nascido nesta época de profundas transformações e de espantosas facilidades oferecidas às atuais gerações. Alguns de seus espíritos mais lúcidos, e ela os tem em abundância, não se cansam de pregar a necessidade de colocar seu humanismo, tão rico em flexibilidade e tolerância, senão acima, pelo menos no mesmo nível de um enriquecimento mais ilusório, de que real. É enfim, para esta Nação, que não tem, ainda, um século e meio de existência, mas que teve uma atuação tão destacada na emancipação dos países sul-americanos, chegando o momento de ser ela mesma, de afirmar sua personalidade indo-afro-européia, a fim de apresentar ao mundo uma fisionomia, na qual se possam reconhecer, apesar de sua juventude, os traços vigorosos de sua formação cristã e humanista.

b) EQUADOR

De acordo com recenseamento de 29-XI-1950 a população do país ascendia 3.203.000 habitantes, incluindo a população indígena, ainda selvagem, com uma densidade de 16,5/hb/km². A estimativa para 1961 era de 4.455.000 habitantes.

A estrutura étnica da população equatoriana, em 1950, era a seguinte: brancos 8%, índio 45%, negros 71%, pardos 40%. Dos brancos 0,7% são estrangeiros.

Cerca de 58% da população equatoriana está radicada nos planaltos da cordilheira andina, 20% na faixa costeira, 2% na área oriental do país. O grosso da população indígena está radicada nos planaltos, incorporada à sociedade do país, vivendo alguns na área oriental, como semicivilizados, notando-se as tribos Jivares, intratáveis e quase selvagens. As principais tribos do planalto são a tribo Cara e Colorados que vivem nas proximidades de Quito e falam o quíchua e os Otavaios, que são hábeis tecelões. Os índios são em geral agricultores, trabalhando nas grandes propriedades agrícolas ou como arrendatários, (o huasinpungo). A maioria é analfabeta de baixo padrão de vida, mas resignado à sua sorte. Os negros estão concentrados na Província de Esmeraldas, juntamente, com contingente apreciável de zambos e mulatos. Na cidade de Guaiquil é considerável o contingente negro e mulato, empregado em atividades urbanas. Os brancos constituem uma pequena minoria, mas detém o grosso das propriedades agrícolas do país e controlam a maior parte de suas atividades econômicas.

O mestiço, que se espalha por todas as áreas do país, é ativo, inteligente, ambicioso. Constitui a força viva da Nação ocupando os mais importantes postos na vida política e administrativa e nas Forças Armadas é o mais autêntico representante da cultura indo-europeia e na sua atividade, inteligência e tenacidade repousam as esperanças de um futuro mais próspero e mais feliz para o Equador. Representam, também, a esperança de progresso do grupo indígena e de sua integração definitiva e atuante na sociedade equatoriana.

c) COLÔMBIA

De acordo com o recenseamento de 9/V/1951 a Colômbia tinha uma população de 11.548.000 habitantes e uma densidade de ocupação de 12,7/hb/km².

A população indígena era de 127.980. A estimativa para 1861 era de 14.447.000.

A estrutura étnica da população era representada por: brancos 29%, negros 5%, índios 1%, mestiços 57%, mulatos 14% e zambos 3%. Na parte andina da Colômbia, incluindo áreas da costa, sobre 45% do território se radicaram 98% da população, ficando os 2% restantes distribuídos pela área dos “ilanos” das bacias de Orinoco, e do Amazonas e pequenas áreas planas da costa do Pacífico. A região de Antióquia é típica da ocupação humana na Colômbia, tanto sob o ponto de vista étnico, quanto sob o aspecto econômico, em relação às variações de altitude. Característica importante da população da Colômbia é o relativo equilíbrio na sua distribuição.

Na área da capital concentram-se apenas 5% da população, havendo outros nódulos densos de população, em torno de cidades importantes como Medellín, capital do Departamento de Antióquia, Barranquilla, o grande porto do Caribe, Cali no vale do Cauca, Cartagena, antigo núcleo colonial, Manizales e outras 15 cidades com mais de 50.000 habitantes e 68 de mais de 20.000 habitantes.

A população branca se dissemina na região andina e da costa do Caribe, estando a mulata concentrada nas áreas costeiras do Atlântico e Pacífico. Os índios civilizados estão concentrados, ainda, na Cordilheira dos Departamentos de Antióquia e Cudinamarca.

A situação social da Colômbia tem sido trabalhada por três elementos principais: o analfabetismo, o alcoolismo e o subemprego. Nas imensas propriedades agrícolas consagradas à agricultura do café e à criação de gado e, particularmente, nos “Hanos” orientais, uma mão-de-obra analfabeta, mal retribuída e subalimentada tem sido presa fácil para propaganda extremista. Por outro lado, o hábito corrente de fornecer ao trabalhador, como elemento essencial de sua alimentação a “chicha”, espessa bebida obtida com a fermentação de milho e de grande teor alcóolico, sob pretexto de

utilizar suas qualidades nutritivas, tem fomentado o alcoolismo, com graves danos sociais. No curso dos últimos anos importantes reformas tendem a melhorar as condições do trabalhador urbano e rural, mas muito há, ainda, que fazer. O esforço deverá se orientar no sentido da realização dessas reformas, como meio de harmonizar as classes sociais, manter a paz interna e melhorar as condições de vida do povo.

d) PERU

De acordo com o recenseamento de 2/VII/1961 a população desse país era de 9.926.000 habitantes com uma densidade de ocupação de 7,8 hb/km².

A estrutura étnica da população era a seguinte: brancos 13%, Índios 46%, negros 0,5%, mestiços 40%, amarelos 0,5%. Em 1876 a percentagem de índios era de 58%, enquanto a de mestiços era de 25%. Comparando-se essas percentagens com as existentes em 1961 verifica-se uma diminuição de 12% no número de índios e um crescimento de 15% no de mestiço, o que indica uma permanência nos tempos atuais da miscigenação, entre brancos e índios. O número de estrangeiros era de 0,71% dos quais os amarelos (japoneses e chineses) representam 0,5%.

A distribuição da população é bastante irregular. As planícies e desertos irrigados da faixa costeira, equivalente a 11,5% do território abrigam 25% da população e produzem 75% dos suprimentos de alimentos do país. A região da “Sierra”, constituída de profundos vales, enquadrados por planaltos de 3.500 a 5.000 metros de altitude, cobrindo 27% do território, abriga 62% da população, com uma densidade que varia de 16 hab/km² até 400 hab/km². A “Montafia”, extensa região da vertante oriental dos Andes, coberta pelas “yungas” e a floresta equatorial, cobre 40% do território e abriga, apenas 13% da população, com uma densidade de 1,4 hab/km². A irregularidade na distribuição da população não se verifica, apenas, desproporção da ocupação dessas grandes regiões naturais. Vai além, tanto na Costa, como na “Sierra”. Na primeira os pequenos vales concentram a maioria da população, enquanto na segunda o mesmo fato ocorre, nos vales fundos e nos altos planaltos. Desse modo o panorama geral da ocupação no Peru é a de alternância de espaços densamente habitados, separados por grandes vastos ermos da ocupação humana. O deserto, a alta montanha e a floresta se associam no Peru num quadro único, exigindo de seu povo sacrifícios imensos para viver e prosperar.

A população branca se dissemina pela Costa e pela “Sierra”. A população negra e mulata se encontra na área da Costa, onde aparece Lima, com grande quantidade de negros e mulatos. A população indígena, de maior efetivo, se concentra na região da “Montafia”. Os índios civilizados, descendentes dos antigos Incas ou Aymarás, falando ainda o “quechua” vivem nos pequenos planaltos da pre-cordilheira da montafia, com famílias numerosas e grupadas em pequenos “povos”. Estima-se que a colheita média de uma família indígena na área de Cuzco alcance 200 kgs de milho, 1.800 kgs de batatas, 100 kgs de trigo por ano, o que lhe proporciona um baixo padrão de vida. Apesar disso, o indígena agarrado ao seu “povo” resiste a todos os apelos das autoridades para abandoná-lo e mesmo aos melhores salários, que lhe oferecem os grandes proprietários rurais, ou a exploração mineira. No Peru meridional os índios civilizados ocupam os altos planaltos de “Sierra”, à mais de 5.000 metros de altitude e vivem particularmente da criação de carneiros e de lhamas. Os índios semicivilizados, ou ainda inteiramente bárbaros, estão disseminados pelas “yungas” ou pela floresta da área amazônica, vivendo uma vida pre-colombiana.

O principal problema social do Peru é o da integração dessa massa de indígenas ao quadro social do país. O regime republicano no Peru ensejou transformações profundas, no quadro de sua sociedade, profundamente influenciada pela tradição colonial desapareceram as castas e com elas a estratificação social, baseada na raça, libertaram-se os escravos, substituindo-se por imigrantes, notadamente, japoneses e chineses; surgiu uma classe média, constituída à base do mestiço, que vem lutando para destruir os últimos resquícios do passado colonial, representado, ainda pelo “patrício”. Entretanto, a grande massa indígena permanece à margem da sociedade e ultimamente, vem sendo objeto da exploração política, inicialmente, através da A. P. R. A. (Aliança Popular Revolucionária Americana, fundada em Paris em 1924) e mais recentemente do comunismo internacional.

Mas se registra no Peru uma nítida ascensão dos mestiços no quadro político e social e com ela uma consciência mais nítida dos problemas nacionais, no qual avulta o da integração do indígena.

e) BOLÍVIA

De acordo com o recenseamento de 5/IX/1950 a população do país era de 3.019.000 habitantes, incluindo os índios selvagens estimados em 87.000. A estimativa para 1961 era 3.509.000 com uma densidade de ocupação de 3,2 hab/km².

A estrutura étnica da Bolívia, em 1950, apresentava o quadro seguinte: brancos 15%, índios 54%, mestiços 31%. Os estrangeiros correspondem a 1,3% da população.

Os altos planaltos bolivianos, que abrangem 40% do território, abriga 75% da população, enquanto a área da planície com 60% da área é ocupada por 25% da população.

A Bolívia é povoada por uma maioria expressiva de índios puros. Nessa população indígena se distingue um grupo mais volumoso descendente dos antigos habitantes do país os Aymara-Quíchua e um grupo menos numeroso de índios selvagens. Os Aymaras constituem no altiplano um grupo homogêneo que se radicou na área de Oruro a Puno, enquanto o grupo Quíchua, cobre o norte do altiplano, enlacando-se com o grupo peruano, no grande vale que se estende ao norte de

Cuzco. O Aymara é o único ser humano a viver voluntariamente em altitudes, quase inacessíveis e desérticas. Seu caráter sombrio, sua tenacidade, lhe comunica uma espantosa capacidade de isolamento. Está agrupado em comunidades indígenas o “ayllu” pré-colombiano, com estrutura fortemente patriarcal, vivendo numa terra pobre, ou trabalhando nas minas. Conserva seus costumes seculares, fala seu dialeto duro e rústico e, cultiva, também, seu poético misticismo quechua. Suas habitações são miseráveis, suas aldeias desoladas, seus vestuários de cores vivas, sua alimentação sumária. Bebe a “chicha” fortemente alcoólica, come batatas geladas e carne de lhama e masca “coca” a planta sagrada dos quíchuas. O animal de transporte que, também, lhe fornece lã e carne é a lhama, cujos excrementos servem de combustível. O barco, em que pesca nas águas do lago Titicaca é o “totora”, armado com junco. Conservou a crença nos seus deuses, embora sob a aparência cristã: Santiago, tornou-se o Deus do trovão, o cura católico, o “tata”, não é mais do que o feiticeiro inca e não suprimiu as crenças do Kallawayá.

Quíchuas se distingue do Aymara por sua língua mais flexível e mais musical, pelo seu caráter mais franco. Habita regiões menos hostis e menos isoladas, onde o trabalho é menos duro e a resistência ao alcool é mais fácil e se transformou num excelente agricultor agarrado à sua gleba. Fisicamente os dois tipos indígenas não se diferenciam, salvo quanto aos elementos mais puros nos quais sobressai a rara beleza das mulheres e até mesmo dos homens incas. Os dois tipos étnicos são muito resistentes, mas a longevidade é rara entre eles, particularmente, devido às más condições sanitárias em que vivem. Guardam, ainda, apesar da devastação orgânica, causada pela “chicha” e pela “coca”, seu amor à terra, extraordinária resistência à agressividade do meio e a natural altivez de seus ascendentes.

Os índios amazônicos oferecem enorme variedade, como os do Chaco. Uns são inteiramente selvagens, outros estão abrigados nas Missões Religiosas, num número reduzido trabalha na indústria extrativa vegetal, constituindo uma mão-de-obra instável e de efetivo insuficiente.

É difícil traçar uma paisagem psicossocial do povo boliviano sem referir alguns conceitos de seus escritores. A sobriedade, já assinalada pelos seus poetas, não é mais do que uma atitude reservada, que se traduz num ar abstrato e sombrio. O boliviano não acolhe bem o estrangeiro, mas é capaz de aceitá-lo, completamente, ao longo dos anos. Sua força de assimilação é muito grande. Contra o intruso o boliviano se defende pela adulação. Não gosta de abandonar seus altos planaltos e suas florestas quase virgens, mas aceita a inovação e o progresso. De tudo isso brota um amor quase feroz pelo país e um animismo essencial, que é como a possessão do homem pela terra.

O índio não é um escravo, mas tem sido uma figura do “folclore”, ou tema de discurso. O mestiço tem um largo campo aberto adiante de si, mas não conseguiu ainda superar seu desprezo excessivo pelo índio. A maioria da população tem uma vida espartana e o senso da autoridade. Um programa sério de recuperação da nação encontrará eco, seja no índio, amargo e triste, seja no mestiço valente, desconfiado e astucioso. O boliviano, entretanto, critica sua terra, seus índios, seus ditadores, suas cidades; mas não admite nunca os outros o façam.

Esta nação suscetível, de homens corajosos e políticos astuciosos, vive polarizada pelo Pacífico e pelo Atlântico, por La Paz e Sucre, com as implicações do mito andino vindo do núcleo Aymara e à nostalgia do mar, a velha, Arica dos Incas. Parece, pois, que a alma boliviana é formada pelos contrastes e o mimetismo do Aymara. Participa, sem chegar contudo a exprimi-lo, do grande destino que E. Reclus e E. Huot, viram inscritos em sua geografia monumental; a ação natural de “chave da abóbada orográfica da América do Sul”.

f) CHILE

De acordo com o recenseamento de 29/XI/1960 a população chilena ascendia 7.340.000 habitantes com uma densidade de ocupação de 10,6 hab/km². A estima para 1961 era de 7.827.000. O número de estrangeiros era de 1,7%, notadamente, alemães iugoeslavos, suíço e sul-americanos e o de indígenas 127.377.

A estrutura étnica da população chilena estava representada por 95% de brancos, 2% de índios puros e 3% de mestiços.

O grosso da população, ou seja, 90%, se concentra na área entre Copiapó e Porto Menti, no vale central chileno. Na área de Valparaíso e Santiago se radicaram 22% da população do país, estando outra concentração importante na área de Concepcion. A densidade de ocupação que é de 100 hab/km² ao norte, decai para 18 hab/km² na área central. No extremo norte no deserto de Atacama é apenas de 2 hab/km² e no extremo sul nas terras geladas é de menos de 1 hab/km².

A população branca e mestiça se adensa na área central e se dissemina por todo o território. Os índios estão concentrados na área ao sul do Bio-Bio nas Reduções de Cautin 97.332, Mallece 17.896, Valdivia 12.345, Arauco 3.602, Bio-Bio 1.802 e Osorne 229. São araucanos, na grande maioria agricultores, criadores de gado e madeireiros. Da diversidade do povoamento primitivo quase nada mais resta no Chile. O Chile de hoje é uma Nação etnicamente homogênea e um Estado concentrado.

A inflação tem nos últimos anos comprometido a estabilidade social e política do Chile. Mas os valores permanentes de sua cultura cristã, de suas instituições democráticas, das oportunas reformas sociais, opuseram um sólido dique à onda materialista e anárquica que pretendeu sufocar seu progresso e sua prosperidade. O Chile é um centro de cultura aberta a todas as mensagens, mas é, sobretudo, um laboratório de ideias, que soube elaborar um pensamento próprio, que se exprime com felicidade em todos os ramos do saber e que engendra fórmulas de evolução e de progresso dignas de ser meditadas, como a do seu atual socialismo-cristão.

g) PARAGUAI

De acordo com o recenseamento de 28-X-1950 a população desse país ascendia a 1.408.000 habitantes, incluindo os indígenas com uma densidade de ocupação de 4,5 hab/km². A estimativa para 1961 era de 1.812.000. O número de estrangeiros é de 4,0%, particularmente, argentinos, suíços e alemães. O número de indígenas é avaliado em 30.000, dos quais cerca de 17.000 vivem no Chaco, onde há uma população de 94.000 e 13.000 na área florestal fronteira ao Brasil.

O grosso da população paraguaia se concentra no triângulo Assunção, Vila Rica, Concepcion, radicando-se na área em torno de Assunção 18% da população.

A estrutura étnica da população paraguaia é representada por 14% de brancos, 2% de índios, 1% de negros e 74% de mestiços. Os brancos estão concentrados na área a este do rio Paraguai e os negros particularmente nos centros urbanos, destacando-se Assunção. Os índios estão repartidos pelo Chaco e à área florestal de este. Na sua maioria são civilizados, mas no Chaco vivem algumas tribos em pleno estado selvagem. Os mestiços ocupam os altos postos na administração e na Força Armada do país e constituem seu grupo dirigente atuante.

O Paraguai é uma nação indo-europeia, que guarda ainda hoje traços fundamentais de sua formação humana. O espanhol é a língua oficial, mas toda a população fala o guarani. A Nação paraguaia é etnicamente homogênea, constituída por um povo resistente, sóbrio, altivo, resignado e desconfiado. Modelado por sólida formação cristã pelo isolamento de sua posição geográfica e por férrea disciplina, busca perseverantemente seu destino, num meio pobre, com altivez e decisão.

h) ARGENTINA

O recenseamento de 30-XI-1960 acusou uma população de 20.009.600 habitantes, incluindo as 3.524 pessoas do Setor Antártico, das ilhas Malvinas e demais ilhas do Atlântico Sul. A estimativa para 1961 é de 231.079.000 com uma densidade-ocupação de 7,6% hab/km². O número de estrangeiros existentes no país é atualmente de 15,6%, notadamente italianos, espanhóis e alemães.

A estrutura étnica de sua população acusa: brancos 97%, mestiços e mulatos 3%. A população indígena está quase totalmente extinta.

Tomando-se a cidade de Buenos Aires como centro e tendo em vista o espaço abrangido por uma circunferência de 700 km de raio, teremos 22% do território e 68% de população. Nesse espaço encontram-se também 62% do rebanho de bovinos, 85% da produção agrícola, 15% da extensão ferroviária e 84% dos automóveis em tráfego na Argentina e uma forte urbanização, com 715% da população vivendo em cidades.

A Argentina é hoje uma Nação de ascendência nitidamente européia, embora guarde na sua psicologia nacional os traços de sua formação indo-espanhola. A extraordinária força de absorção, que revelou ao longo de dezenas de anos de forte imigração, é verdadeiramente notável. Recebendo um fluxo numeroso de italianos, franceses, alemães, escandinavos, levantinos, se transformou demograficamente, mas não descaracterizou culturalmente. Os filhos de alemães, de franceses, de escandinavos, argentinos de nascimento, já não falam a língua de seus pais, adquiriram os hábitos e os costumes de sua nova pátria e se comprazem em falar de sua velha e tradicional cepa “criolla”. Não há problemas raciais e não constitui desonra para ninguém carregar nas veias um pouco de sangue dos calchaquies, dos diaguitas e até mesmo dos bravos e inquietos querandies. Todos os argentinos, mesmo os de data recente, como os filhos de imigrantes, orgulham-se da nacionalidade a que pertencem e das suas tradições espanholas e indígenas. É sintomático sob esse aspecto o fato de o Chefe do Estado, não se chamar, como é usual nas demais Repúblicas, Presidente, da República, mas Presidente da Nação.

A imigração não pôs em perigo a unidade da nacionalidade argentina, antes a enriqueceu com sangue e culturas novas, mantendo-se invioláveis os valores, que fluem de suas origens mais remotas.

i) URUGUAI

O recenseamento de 12-X-1908 acusou a presença de 1.043.000 habitantes e uma densidade de ocupação de 15,2% hab/km². A estimativa para 1860 era de 2.846.000 habitantes. O número de estrangeiros existentes no país era de 18%, notadamente espanhóis, brasileiros e italianos. A população indígena não tem expressão.

A estrutura étnica do país acusa 90% de brancos e 10% de mestiços.

Grande parte da população, ou seja, 48% se concentra nos Departamentos de Montevideu, Canelones e Colônias, disseminando-se os 52% restantes pelo interior do país. A população urbana é estimada em 81%.

O Uruguai é hoje uma Nação homogênea do ponto de vista étnico, mas há tensões pronunciadas sob aspecto cultural. Em primeiro lugar se aponta o antagonismo entre a intervenção estatal e a livre empresa, em seguida as tendências opostas da liderança política, uma vinculada à sua formação cristã, outra trabalhando pelo materialismo da época, deixando-se arrastar pelo laicismo, ou mais extremamente, ainda, pelo agnoticismo.

j) BRASIL

O recenseamento de 1-IX-1960 acusou 70.967 habitantes e uma densidade de ocupação de 8,6% hab/km². A

estimativa para 1964 foi de 79.837.000 habitantes. O número de estrangeiros é estimado em 2%, notadamente portugueses, italianos, espanhóis e alemães.

De acordo com o recenseamento de 1950 para uma população de 51.944.000 a estrutura étnica era representada por: brancos 32.028.000, ou seja, 61,7%; negros 5.692.000, ou seja, 11,0%; parda 13.787.000, ou seja, 26,5%; amarela (japoneses 108.000), ou 0,2%. O número de indígenas, segundo o Serviço de Proteção aos Índios, é calculado em 1.244.687, assim distribuídos: Mato Grosso 500.000, Acre 300.000, Amazonas 200.000, Pará 100.000, Goiás 100.000, Maranhão 10.000, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais 10.000, Paraná 10.000, Santa Catarina 10.000, Rio Grande do Sul 2.517 e São Paulo 2.170.

A estrutura étnica das diferentes regiões naturais do país se apresentam conforme o quadro a seguir, com base no recenseamento de 1950.

ETNIA	REGIÕES FISIAGRÁFICAS (DADOS RELATIVOS %)				
	Norte	Nordeste	Leste	Sul	Centro-oeste
Branco	31,3	46,1	52,3	87,4	56,5
Negro	4,9	11,0	15,7	6,4	10,0
Pardo	63,5	42,7	31,8	4,1	32,9
Amarela	0,1	-	0,6	1,9	0,3
Não declarada	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Da análise desses dados e tendo em vista os condicionamentos estudados antes se poderá concluir, que há no Brasil, do ponto de vista étnico: uma área com nítida preponderância da população branca, abrangendo os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, justamente, aquela, onde se concentrou a massa de imigrantes europeus. Uma área de mestiços, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Acre, e Territórios de Amapá, Rondônia e Roraima, o interior dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e os Estados de Goiás e Mato Grosso. Uma área com uma grande mancha mulata e abrangendo a faixa litorânea dos Estados do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, região central do Estado de Minas Gerais.

A distribuição da população brasileira é muito irregular. As regiões Centro-Oeste e Norte, abrangendo 5,4 milhões de km² ou seja 75% do território abrigam apenas 4,6 milhões de hab. ou seja 7,1% da População. As demais regiões Nordeste, Leste e Sul abrangendo 25% do território abrigam 93% da população. Além disso nas próprias regiões, relativamente povoadas o grosso da população se condensa na costa, numa faixa de 500 km de profundidade, a qual só ganha maior profundidade no Eixo Vitória-Belo Horizonte-Brasília.

A imensa extensão territorial do Brasil vem sendo o palco desde o descobrimento até nossos dias de um processo de miscigenação e aculturação entre os três "stocks" raciais de caucásicos, negróides e mongólicos, que tem variado de intensidade no tempo e no espaço e que deverá continuar ainda por alguns decênios. A base étnica da raça brasileira foi o português, em seus contatos com os índios e os negros, nos primeiros séculos de nossa formação. Posteriormente, a entrada de imigrantes produziria como efeito étnico o branqueamento dos tipos pardos originais e, demograficamente, o crescimento do efetivo branco.

A base da mestiçagem brasileira foi o mulato. Emergindo dos engenhos, dos talhos mineiros, das fazendas de café, imigrou em grande número para as cidades, onde estudou e trabalhou, conquistando com seu esforço uma lenta, mas segura ascensão na escala social. Sendo inicialmente um tipo marginal, está hoje plenamente integrado na comunidade nacional a ponto de não ser possível distingui-lo do branco.

O mameluco emergiu da sociedade pastoril e da bandeirante. Representa aquele tipo resistente, sóbrio, rústico, que varou o Brasil Central, montado nas pirogas de seus ancestrais índios e ocupou o imenso deserto do interior nordestino, tangendo seus rebanhos de bovinos e plantando nas margens dos rios suas fazendas de criar.

Duas zonas permaneceram por largo tempo de nossa formação, marginais no esforço colonizador do português:

o extremo norte e o extremo sul. Lá freiou o impulso colonizador à presença hostil da floresta, quase impenetrável, acolá a vigilância implacável e indômita do “castellaño”. A floresta, foi um pouco devassada e ocupada pela obra do missionário, mas a falta de continuidade nesse esforço permitiu que ela retomasse todo seu império. Só mais tarde, já fim do século XIX, os nordestinos começaram a imigrar para o Amazonas, atraídos pela borracha e lá se foram transformando em seringueiros, madeireiros, pequenos agricultores e criadores de gado, misturando-se com os índios da área e produzindo novos brasileiros resistentes, bem adaptados ao meio ressignados, que mantiveram e ampliaram sua ocupação.

O povoamento do extremo sul iniciado no ambiente de uma luta feroz e sem tréguas com o “castellaño”, tem características próprias. Na formação de sua população entravam o mameluco paulista, o mestiço argentino é uruguaio, o açoriano, o soldado espanhol e português, os índios remanescentes das Reduções Jesuítas, resultando o gaúcho, misto de pastor é cavaleiro, de soldado é de civil; com seus hábitos, seus costumes, seu linguajar típico. Foi sobre este fundo multivário e instável, que se vieram depositar, cada vez mais numerosas, as levas de imigrantes brancos, italianos, portugueses, espanhóis e alemães. A princípio con formada a uma região determinada, depois espalhando-se ou contidos por todos os recantos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Alterou, sem dúvida, o quadro cultural e étnico, influiu nele, mas não o modificou substancialmente. O gaúcho aprendeu com o imigrante, mas sobretudo lhe ensinou a ser brasileiro, a se enquadrar naquela comunidade de fronteira, carregada de tradições guerreiras e de sentimentos livres, mas que soube conciliar no interesse maior e mais alto da Nação, a liberdade com a obediência, o sentido aventureiro da vida nos descampados, com a disciplina social a pela paz e prosperidade da Nação.

IV. Apreciação final

Segundo André Siegríria se podem distinguir na América do Sul: Uma América branca, com ascendentes, predominantemente, do “stock” caucásico, cujo ponto alto está na Argentina com seus 97% de brancos e uma minória, de mestiços, se estendendo para-este ao Uruguai onde a fusão superou à base de 60% de sangue branco e 40% de índio, produzindo 90% de brancos atuais a-oeste para o Chile, com seus 985% de brancos e para nordeste ao-sul; do Brasil, com seus 84% de brancos, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma América mestica, com ascendentes índios e hispânicos com ponto alto no Paraguai com seus 74% de mestiços e estendendo-se pela Bolívia com seus 85% de índios e mestiços, pelo Peru com seus 86% de índios e mestiços e o Equador com seus 85% de índios e mestiços. Uma América parda, refletindo uma extensa e intensa miscigenação de brancos, índios e negros, que abrange a, Colômbia, com seus 60% pardos, a Venezuela com 66%, e as regiões Norte, Nordeste, Leste e Centro-Oeste do Brasil com, seus 42,7%, de pardos e o ponto alto na Região Norte com 63,5%. A observação que as estatísticas corroboram é geralmente, aceita, embora de um ponto de vista muito geral.

A rigor não se poderá dizer que a América Latina, salvo aquela branca, do sul do Continente, já constitua uma população etnicamente definida. O processo de mestiçagem continua e em nenhum dos países sul-americanos se pode falar em uma unidade física, cada um deles apresenta a rigor um grande variedade de tipos físicos, mesmo entre os mais, homogênicos.

O mesmo se poderá dizer em-relação ao processo transculturativo. Os mesmos grupos, que participaram do processo étnico, apresentavam vários graus de cultura panorama esse que foi agravado com a entrada de grupos étnicos não ibéricos, como alemães, italianos, poloneses, russos, libaneses e até mesmo japoneses.

O que há em verdade na América do Sul atual, como de resto em toda América Latina, é o pluralismo étnico e cultural. E nesse pluralismo é possível distinguir além das diferenças de níveis culturais, e que “se convencionou chamar “a simultaneidade de tempos culturais”, expresso por populações indígenas, vivendo uma época pré-colombiana, populações rurais em níveis atrasados de cultivo, populações semi-urbanas sem noções de bem-estar, higiene e conforto e populações urbanas em conflito com técnicas e conquistas mal assimiladas ao lado de outros com pleno domínio do desenvolvimento técnico.

Na realidade é este o problema mais sério a enfrentar, pois a pluralidade étnica e cultural, conduzirá, sem dúvida, ao estudo de soluções bem adequadas a cada situação e não à solução global para o problema mesmo no quadro de cada país. As diferenças étnicas, a diversidade cultural, a vida em tempos culturais diferentes, é o desafio, que a América do Sul lança a suas elites. Nada de soluções simplistas e globais. Nada de figurinos importados e fórmulas utópicas. Mas o estudo frio, sistemático e perseverante de cada situação e dos próprios matizes existentes dentro dela. Aqui será preciso avançar, ali será preciso manter a situação, acolá será aconselhável, mesmo, retroceder. Só assim, com prudência, frieza de analista e obsessão de crente, se poderá pensar na universalização da cultura sul-americana, como base para seu desenvolvimento e esperança de felicidade para suas populações.

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA BRASILEIRA - Arthur Ramos
AS CULTURAS NEGRAS NO NOVO MUNDO - Arthur Ramos
GÉOGRAFIE DE LA POPULATION – Jaqueline Beaugeu Garnier
LATIN AMERICA - Preston E. JAMES
LA INTEGRACIÓN SOCIAL DE AMERICA - Francisco Ayala
OURO BRASIL - Luís Amaral
AMÉRICA LATINA - Eudoxio Ravines
RAÇA E ASSIMILAÇÃO - Oliveira Viana
CULTURA BRASILEIRA - Fernando de Azevedo
HISTÓRIA DE LA COLONIZAÇÃO ESPANOLA EN AMERICA - Demétrio Ramos Perez
ENCICLOPÉDIAS - Várias
ANUÁRIOS ESTATISTICOS - Vários do Brasil e da O.N.U.

| SMG |

IMPrensa DO EXÉRCITO

Rio de Janeiro - 1966